



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS III
COMUNICAÇÃO SOCIAL/JORNALISMO EM MULTIMEIOS

FLÁVIA CAROLINA DOS SANTOS

**A COR E O GÊNERO DA DESIGUALDADE: UMA ANÁLISE DO PERFIL DE
QUEM COMPÕE O CADASTRO ÚNICO DE PETROLINA (PE)**

JUAZEIRO - BA
Dezembro/2022

FLÁVIA CAROLINA DOS SANTOS

A COR E O GÊNERO DA DESIGUALDADE: UMA ANÁLISE DO PERFIL DE QUEM
COMPÕE O CADASTRO ÚNICO DE PETROLINA (PE)

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Humanas, campus III, da Universidade do Estado da Bahia, como requisito para a obtenção de título de Bacharel em Jornalismo em Múltiplos Meios

Orientador: Prof. Me. Cecilio Ricardo de C. Bastos

JUAZEIRO - BA
Dezembro/2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
por Regivaldo José da Silva/CRB-5-1169

S237c Santos, Flávia Carolina dos

A cor e o gênero da desigualdade: uma análise do perfil de quem compõe o cadastro único de Petrolina-PE / Flávia Carolina Dos Santos. Juazeiro-BA, 2022. 52 fls.: il.

Orientador (a): Prof. Dr. Cecílio Ricardo de Carvalho Bastos.

Inclui Referências

TCC (Graduação – Comunicação Social – Jornalismo em Múltiplos Meios) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Campus III. 2022.

1. Jornalismo de dados. 2. Desigualdade social. 3. Gênero. 4. Raça. 5. Cadastro Único. I. Bastos, Cecílio Ricardo de Carvalho. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 070.40285

ATA DE APRECIÇÃO DE PARECER DE TCC - MONOGRAFIA

Aos 19 dias do mês de DEZEMBRO ano de dois mil 22, reuniram-se nas dependências do Departamento de Ciências Humanas, campus III, da Universidade do Estado da Bahia, situado à Avenida Edgard Chastinet, s/n, bairro São Geraldo, Juazeiro/BA, a Banca Examinadora composta pelo orientador (a) PECILIO RICAARDO DE CARVALHO BASTOS avaliador (a) PERES MARISA SILVA DOS SANTOS e avaliador (a) MÁRCIA GUENA DOS SANTOS, para julgar o trabalho conclusão de curso intitulado A COR E O GÊNERO DA DESIGUALDADE..., de autoria do discente FLÁVIA CAROLINA DOS SANTOS. Após a apresentação e arguições, a Banca deliberou, segundo os critérios estabelecidos no regulamento do TCC e que foram devidamente observados por cada membro da Banca, concluindo pela:

- A – aprovação integral ();
- B – aprovação com mínimas correções ();
- C – aprovação condicionada a reparos ();
- D - não aprovação (),

com a nota final 9,0. Para constar foi lavrada a presente ata, que vai datada e assinada pelos examinadores.

Orientador (a) Pecilio, Ricardo de Carvalho Bastos
Avaliador (a) Peres, Marisa
Avaliador (a) Marcia Guena

Juazeiro, 19 de 12 2022

“A pobreza não resulta necessária e absolutamente do racismo. No entanto, me parece que observar que o racismo e o sexismo constituem fatores que, junto com a má redistribuição da renda nacional e das riquezas do país, contribuem para a formação das desigualdades sociais no país.”

(MUNANGA, 2020, p. 118)

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a mim por ter acreditado no meu potencial mais do que qualquer pessoa a minha volta, mesmo com tantas batalhas a serem travadas. Por ter me esforçado o máximo que pude e que estava ao meu alcance para lutar contra o desânimo e a baixa estima intelectual que me foram acometidas durante praticamente a minha vida inteira e foi intensificada durante o período acadêmico.

Quero também fazer um agradecimento especial a minha família. Minha mãe, Fernanda Viana, que me possibilitou trabalhar nesta pesquisa com um pouco mais de tranquilidade, mesmo que isso significasse atribuir ainda mais tarefas para si e colocar sobre seus ombros uma maior sobrecarga de responsabilidades. Quero agradecer ao meu irmão, Claubert, carinhosamente conhecido como Beto, por ser um irmão tão sensível e apoiador durante todos os últimos anos. A minha irmã, Cláudia, por enxergar talento em mim, quando nem eu mesma enxergava mais. E ao meu pai, Claudinei, um incentivador nato à educação.

Agradeço também a minha bisavó, Adélia Pereira de Lima por ensinar e transmitir tanta história com tanta propriedade, mesmo sem ter ido à escola, mas por ter vivenciado tanta coisa de perto. Agradeço a ela, que teve o privilégio de uma vida de 107 anos, por ter sonhado comigo receber o diploma, mas que descansou justo durante a finalização deste trabalho.

Quero agradecer as minhas companheiras do Deixe de Pantim, Júlia Vasconcelos, Victória Resende e Maiara Borges por terem construído comigo este projeto que tenho tanto carinho e que nos serve de refúgio quando nossas vidas estão uma bagunça. Agradeço, sobretudo, por se tornarem mais do que minhas amigas, mas uma rede de apoio significativa para este período de conclusão de curso.

Também agradeço ao meu orientador, Cecílio Bastos, que se revelou uma doce surpresa na produção desta monografia. Inicialmente, o escolhi pela afinidade do meu objeto com sua área de pesquisa e pela sua incrível capacidade de organização e planejamento, mas tive uma experiência ressignificada positivamente com seu dom tranquilizador, compreensível e apoiador durante o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço aos meus colegas de turma e todas as pessoas que compartilharam o período de graduação comigo, especialmente Gersica Larisse e Beatriz Lopes, que se tornaram grandes amigas e que levarei comigo para fora da universidade. E as minhas amigas Thaís Andrade e Naeli Silva, presentes em todo o meu processo de escrita dessa monografia.

Agradeço também a todas as pessoas que depositaram confiança em mim em algum momento, como Camila Silva e Paula Miraglia ao me selecionar para o programa de Diversidade Racial do Nexo Jornal; André Libonatti por ver potencial na minha inscrição do Geração Futura Juventudes 2022; e Rodrigo Alves, que me permitiu participar três vezes do podcast que produz com tanta maestria, o Vida de Jornalista e por ter se tornado um amigo tão especial!

Aproveito para agradecer também a Carolina Maria de Jesus, que me deu a incrível oportunidade de não só conhecer sua genialidade, mas aprender com ela. Mesmo não estando nada fácil, tentei me manter firme. Fui inspirada a ser mais persistente e ter um olhar mais generoso sobre mim e sobre cobranças excessivas em meio ao caos. Carolina mostra que as circunstâncias podem não ser favoráveis, e geralmente não são mesmo, para mulheres negras brasileiras, mas continuar falando (ou escrevendo) é preciso.

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo analisar os dados disponibilizados pelo Cadastro Único a fim de revelar o perfil das pessoas cadastradas na cidade de Petrolina. A pesquisa documental quer reabrir a discussão de maneira mais específica sobre a relação direta de raça, gênero e classe no município. Através dos dados cedidos pelo Ministério da Cidadania, sobre as pessoas em situação de extrema-pobreza, pobreza e baixa renda, investiga-se quem ocupa majoritariamente esses lugares. O trabalho que se configura uma pesquisa documental e utiliza das técnicas do jornalismo de dados para se debruçar sobre os dados públicos de nível social que não receberam tratamento analítico.

Palavras-chave: Jornalismo de dados; Desigualdade; Gênero; Raça; Cadastro Único.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Quantidade de famílias cadastradas e atualizadas no CadÚnico	35
FIGURA 2 – Quantidade de famílias cadastradas por faixa de renda	36
FIGURA 3 – Quantidade de famílias cadastradas por situação de domicílio	37
FIGURA 4 – Quantidade de pessoas cadastradas por cor	38
FIGURA 5 – Quantidade de famílias indígenas cadastradas x atualizadas.....	40
FIGURA 6 – Quantidade de pessoas cadastradas por sexo	42

LISTA DE SIGLAS

CadÚnico	Cadastro Único
CECAD	Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
DGM	Desafios da Gestão Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IGD	Índice de Gestão Descentralizada
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
NIS	Número de Identificação Social
PBF	Programa Bolsa Família
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
RF	Responsável Familiar
SENARC	Secretaria Nacional de Renda e Cidadania
TAC	Taxa de Atualização Cadastral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
METODOLOGIA	11
OBJETIVOS	11
Objetivo Geral	11
Objetivos Específicos	12
JUSTIFICATIVA	12
DIVISÃO DOS CAPÍTULOS	13
1. RAÇA, GÊNERO E ORIGEM ÉTNICA	14
1.1 CONCEITO DE RAÇA E ETNIA	14
1.2 GÊNERO E INTERSECCIONALIDADE	20
1.3 PANORAMA DA CIDADE DE PETROLINA	22
2. A TEORIA DO ENQUADRAMENTO E O JORNALISMO DE DADOS	25
2.1 O CONCEITO DA TEORIA DO ENQUADRAMENTO	26
2.2 A DEFINIÇÃO DE JORNALISMO DE DADOS	28
3. METODOLOGIA	31
4. O QUE O CAD ÚNICO REVELA SOBRE A POPULAÇÃO FEMININA, NEGRA E INDÍGENA PETROLINENSE	34
4.1 CRITÉRIOS DE CADASTRAMENTO NO CADÚNICO	36
4.2 APRESENTAÇÃO DAS FAMÍLIAS CADASTRADAS POR FAIXA DE RENDA	38
4.3 DADOS DE RAÇA DO CADASTRO ÚNICO DE PETROLINA (PE)	40
4.4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DE GÊNERO	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	50

INTRODUÇÃO

Segundo o estudo Desafios da Gestão Municipal (DGM) apresentada pela Macroplan¹ em 2021, Petrolina (PE) lidera o ranking de melhor cidade da região nordestina. O DGM reúne indicadores na área de educação, saúde, segurança, saneamento e sustentabilidade. Mas, o presente trabalho pretende examinar se essa avaliação contempla mulheres, negros e indígenas da cidade. Entender e compreender como a população subalterna de grupos de pessoas pardas, negras e indígenas vivem é um dos passos fundamentais para se construir uma sociedade mais democrática e justa. Spivak (2010), conceitua o termo subalterno como “camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, das representações política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (p. 13). A autora destaca o fato do subalterno e colonizado terem suas vozes intermediadas por outros, que se colocam em posição de reivindicar seus direitos. A verificação das condições de vida dessa população pode servir como uma fonte contribuinte do diálogo sobre políticas públicas que podem ser estabelecidas para mudar o cenário.

O Decreto Federal nº 11.016, de 29 de março de 2022, art 2^a dispõe que “o CadÚnico é um instrumento de coleta, processamento, sistematização e disseminação de informações, com a finalidade de realizar a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias² de baixa renda que residem no território nacional”. (BRASIL, 2022). Se constitui em um conjunto de informações utilizadas pelo Governo Federal sobre famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza.

Os dados são utilizados também pelos Estados e Municípios para a implementação de políticas públicas para essas pessoas. As famílias beneficiárias incluem as que ganham até meio salário-mínimo por pessoa ou que ganham até três salários-mínimos de renda mensal total. O cadastramento não implica na inclusão automática em programas sociais, mas é um pré-requisito para que a inscrição nos programas seja validada. No Portal do Ministério da Cidadania, o Cadastro Único oferece relatórios e um painel de monitoramento dividido pelas

¹ A Macroplan é uma empresa brasileira de consultoria com sede no Rio de Janeiro que desenvolve pesquisas sobre cidades brasileiras. O uso que este trabalho faz do dado que demonstra Petrolina (PE) posicionada no topo do ranking da região Nordeste em 2021 tem o objetivo de investigar se a informação corresponde à realidade.

² A família, enquanto instituição, não se caracteriza apenas conforme os aspectos tradicionais e conservadores, mas assume significados distintos. Lima e Moz (2013, p.38) diz que “A família está em permanente transformação. Varia no tempo e no espaço, nas formas que assume, mas, sobretudo, nos significados que as pessoas atribuem às relações em que estão envolvidas e à maneira como as vivem”.

classificações: 1) Benefício, 2) Bolsa Família, 3) Condicionalidade, 4) Índice de Gestão Descentralizada (IGD), 5) Cadastro Único (CAD), 6) Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE) no Cadastro Único. Esses são os seis indicadores cedidos pelo Ministério da Cidadania pela plataforma de Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico (CECAD), que terão foco na pesquisa.

A partir das informações disponibilizadas pelo Governo Federal, o trabalho busca analisar como os dados do CadÚnico revelam a população feminina, negra e indígena de Petrolina, na perspectiva de identificar se há alguma relação entre pobreza, raça e gênero no município.

METODOLOGIA

Este trabalho opta pela abordagem quanti-qualitativa por utilizar dados estatísticos sobre a população feminina, negra e indígena de Petrolina. A pesquisa pretende apresentar um mapeamento da estrutura social do município de Petrolina e expor como essa desigualdade pode ter vínculos consequentes do racismo e sexismo no município. Isso vai acontecer através de uma pesquisa documental dos dados apresentados pelo CadÚnico por meio dos painéis de monitoramento do Bolsa Família, Benefícios, Condicionalidade, e Perfil de beneficiários do Cadastro Único. As informações são cedidas pelo Ministério da Cidadania pela plataforma CECAD.

Para isso, será analisado o quantitativo de pessoas que pertencem a esse grupo cadastradas no programa que estejam em situação de extrema pobreza, pobreza e baixa renda. A pesquisa também propõe a analisar o somatório de famílias lideradas por mulheres, sua raça/cor e região em que vive (urbana ou rural).

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Entender parte das condições de vida de grupos minoritários a partir da análise do conjunto de dados do CadÚnico para a população feminina, negra e indígena de Petrolina (PE).

Objetivos Específicos

- Analisar indicadores sociais, como faixas de renda, situação de domicílio e classificação das famílias em níveis de pobreza em Petrolina (PE);
- Identificar a representação das pessoas que compõem os grupos em vulnerabilidade, condicionada pelos indicadores sociais;
- Constatar dificuldades e desigualdades sociais a partir das correlações de dados sob o olhar jornalístico.

JUSTIFICATIVA

A pesquisa se justifica com base na importância não só da existência de dados e indicadores, mas na sua análise, que pode evidenciar como a cidade de Petrolina apresenta diferentes condições associadas às desigualdades. Por exemplo, em novembro de 2019, o IBGE divulgou no estudo “Desigualdades sociais por cor ou raça” que os brancos possuem um salário, em média, 75% superior a negros e pardos, mesmo que estes representem 56% da população no Brasil.

Esses dados acentuam o que já vem sendo dito há muitos anos pelo movimento negro sobre as condições e desvantagens sociais em relação à raça no Brasil. Como cita Munanga (2020), a raça tem de ser entendida no sentido da sua construção sociológica, e não mais no sentido biológico. Por isso, a investigação que a pesquisa propõe fazer pode se tornar uma observação significativa no município semiárido, que tem como um dos objetivos reconhecer quais vulnerabilidades atingem de modo específico a população negra.

O Brasil possui uma estrutura que desconhece suas violências por conta do esvaziamento da palavra racismo, geralmente utilizada apenas para ações com motivações pessoais. Por isto, torna-se fundamental entender o que os números expressam sobre a situação econômica da população negra e indígena, pois através do cruzamento dos dados e da análise, pode haver uma compreensão se o empobrecimento de determinados grupos está ligado à raça.

Ademais, considerando que o Brasil é marcado pelo mito da democracia racial (conceituar), que ignora a existência do racismo, sobretudo o estrutural, possuir um diagnóstico socioeconômico que imprima as desigualdades raciais se fazem ainda mais necessárias. Isso porque os dados podem exprimir desigualdades e permitir que as comunidades tenham mais ferramentas para expor a exclusão que sofrem. Através dos dados expressos sobre aquilo que não é visto, a reivindicação de políticas públicas poderá se tornar ainda mais sólida.

DIVISÃO DOS CAPÍTULOS

A monografia é apresentada em quatro capítulos. No primeiro, com o título “Raça, gênero e origem étnica”, é tratado os conceitos dos três elementos que estão presentes na configuração da estrutura social e tem relação com pobreza no Brasil. Para isso, foi usado como referências Carneiro (2011), Almeida (2018), Munanga (2020) e Gonzáles (1982). Os autores abordam raça como um fator determinante para a exclusão no mercado de trabalho e ao acesso de educação no país, e contribuem para a entrega do contexto histórico do processo de embranquecimento que o Brasil sofreu, afetando na identificação e na naturalização do empobrecimento dos grupos. O capítulo traz também subtópicos sobre o conceito de gênero e o panorama de Petrolina, com dados demográficos da região.

O segundo capítulo “A Teoria do Enquadramento e o Jornalismo de Dados” busca apresentar o conceito de enquadramento a partir dos estudos realizados por Goffman (2006). Os quadros representam desdobramentos da subjetividade e se originam através das diversas formas de interação social, que moldam as ações dos atores e as possibilidades de interpretação. Entender isso contribui para a percepção de transversalidades que interessam esta investigação. Essa seção também traz a conceituação do Jornalismo de Dados e como a coleta e análise, de maneira integrada pode se constituir o caminho para respostas de questões sociais e de interesse público.

O capítulo três é uma descrição detalhada do caminho que foi preciso recorrer para executar a pesquisa. Já no capítulo quatro, é encontrada o histórico de criação do CadÚnico e seus objetivos. Foi abordado também os critérios de cadastramento, os programas que o a ferramenta contempla e a análise do perfil dos cadastrados, divididos por subtópicos de raça, gênero e faixas de renda. Por último, nas considerações finais, é exposto o resultado do estudo, constando qual o perfil majoritário das pessoas que compõe o sistema de dados.

1. RAÇA, GÊNERO E ORIGEM ÉTNICA

Os entendimentos dos conceitos de raça, gênero e etnia se faz necessário nessa pesquisa, uma vez que a coleta de dados do Cadastro Único pretende compreender se há relação dos três elementos com o condicionamento socioeconômico do município de Petrolina (PE). Conforme Carneiro (2011) destaca, a crescente compreensão de identidade no Brasil constata um apartamento social no país de acordo com a cor e raça dos indivíduos. Em “Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil” (2011), a autora adianta, através dos dados de sua pesquisa, como a população negra e indígena é afetada nos mercados de trabalho e de educação no país.

De acordo com Silvio Almeida (2018), é herança da escravidão o enraizamento do conjunto de medidas e ações excludentes para negros e indígenas no mercado de trabalho. Ele trata o racismo como algo além de ações individuais, mas um sistema infiltrado nas instituições, cultura e estrutura da sociedade, que moldam onde cada grupo de pessoas está inserido. Desta forma, para esta pesquisa, é indispensável tratar da situação socioeconômica do município considerando elementos que estão ligados a desigualdades de oportunidades e a naturalização sistemática do empobrecimento desses grupos.

Ademais, a compreensão das diferenças inter-raciais e étnicas nas esferas da sociedade, que colocam alguns grupos em posição de desfavorecimento, configura o Racismo Estrutural, termo utilizado para definir uma visão hierárquica entre raças. Atravessar as informações de raça, sexo, situação de domicílio e renda é fundamental para compreender a realidade da desigualdade em Petrolina através dos dados e do contexto histórico.

1.1 CONCEITO DE RAÇA E ETNIA

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) faz a pesquisa sobre cor ou raça no Brasil com base na autodeclaração. Isso significa que os dados são coletados de acordo com o que as pessoas se identificam. Existem as seguintes categorias através do processo de autodeclaração no Brasil: pessoa preta, parda, amarela e branca. Mas, apesar da cor, raça e etnia serem vistas por muitos unicamente sob o ponto de vista fenotípico, Sueli Carneiro (2011) diz que a identidade étnica e racial é um fenômeno historicamente construído. A identidade nacional brasileira começou a se tornar uma preocupação nos debates nacionais a partir do fim do século XIX e no início do século XX.

É interessante ressaltar como o processo de miscigenação, estratégia usada para o embranquecimento forçado da população brasileira, foi um dos fatores determinantes na popularização do mito da democracia racial, que nasce na crença de que a relação entre o ex-senhor e ex-escravo era de amizade e benevolência. Desse modo, acredita-se que no contexto brasileiro, não se criou um conflito direto entre negros e brancos, como a segregação norte-americano, mas relações naturais entre as raças que construíram a identidade brasileira miscigenada. Mas conforme Munanga (2020) salienta, alguns dos intelectuais que debatiam sobre o tema tinha como pilar principal em suas discussões, o fator biológico e a busca pela transformação de diversas raças, culturas e valores em uma nação única.

Acreditava no nascimento de um povo tipicamente brasileiro, que resultaria da mestiçagem entre essas três raças [branca, negra e índia] e cujo processo de formação ainda estava em curso. Mas, desse processo de mestiçagem, do qual resultará a dissolução da diversidade racial e cultural e a homogeneização da sociedade brasileira, dar-se-ia a predominância biológica e cultural branca e o desaparecimento dos elementos não-brancos. (MUNANGA, 2020, p. 54)

Essa política enxergava a pluralidade racial, consequente do processo colonial, como uma ameaça ou barreira para a nação. A elite brasileira, sustentada por teorias racistas, acreditava na inferiorização da nova identidade nacional por causa da herança do negro. Por isto, tinha como objetivo tornar a população brasileira mais clara, a partir da homogeneização das raças branca, negra e indígena. Esses intelectuais, acreditavam que essa dissolução tornaria a população progressiva. Como cita Munanga (2020), houve uma projeção de que o Brasil atingiria a população branca em 80%, a mestiça em 28% e a negra, cairia para zero em 2012. A influência do determinismo biológico foi um elemento contribuinte para a construção de uma identidade coletiva. O projeto de mestiçagem construiu uma ideia de que a pluralidade era sinônimo de bom convívio entre todos, criando uma irrelevância na distinção de cores do país.

Esse aspecto, se tornou inclusive, objeto de estudo para estudiosos norte-americanos como Frederick Douglass. O abolicionista estadunidense tinha a impressão de que o país latino-americano era uma região mais progressista e avançada do que a região Norte dos Estados Unidos. Para Douglass, segundo Brito (2019), no país brasileiro existia a possibilidade de pessoas de diferentes cores e raças conviverem. Douglass buscava referências em países latino-americanos como uma maneira de demonstrar que as relações multirraciais poderiam ser possíveis na América do Norte. No entanto, essa ideia interna e externa de que o país que mantém um convívio harmonioso entre povos de diferentes raças e etnias dá suporte ao mito da democracia racial. Ao contrário do que Douglass acreditava, no Brasil existiam outros fatores

que determinam uma segregação dessas pessoas dentro do contexto social, econômico e cultural.

Munanga (2020) diz que o Brasil desenvolveu características demográficas desequilibradas, uma vez que teve a mestiçagem articulada na forma biológica e na forma cultural com o sincretismo cultural e religioso. O estudioso também salienta que a exploração da força de trabalho da mulher escravizada no período colonial, que trabalhavam nos moinhos de cana e no campo, prestavam serviços domésticos e representavam a satisfação sexual dos senhores. A criação da imagem na mulher negra sensual e erótica gerou o estupro massivo na época que resultou num crescente número da população mestiça e contribuiu para reforçar a ideia de harmonia inter-racial.

Gonzalez em *O Lugar do Negro* (1982), aborda como a raça funciona “como um dos critérios mais importantes na distribuição de pessoas na hierarquia social”. (p. 90). Ou seja, como consequência do Brasil escravocrata e a relação entre brancos e negros após a abolição, a raça se tornou um dos fatores determinantes na estruturação das classes no país hoje. Além disso, com a inserção do mito da democracia racial no Brasil, criaram-se fragmentação na identidade da população e um distanciamento no cerne principal do problema racial do país (MUNANGA, 2020). Para ele, o Brasil tem a percepção de cor que depende de outros fatores além do fenótipo. Isso vai incluir elementos sociais, culturais, psicológicos e econômicos e “que estejam associados a posição de classe, ao poder econômico e à socialização daí decorrente”. Essa condição motiva que as vítimas da sociedade se afastem de uma consciência cultural, social e racial e se distanciem de enfrentamentos fundamentais com a classe dominante em busca de equidade. Ademais, os efeitos perversos do racismo como uma ferramenta de poder e privilégio também agem no refreio de elaboração de estratégias e ações afirmativas para esses indivíduos posteriormente. Munanga (2020) salienta que “o racismo e o sexismo constituem fatores que, junto com a má redistribuição da renda nacional e das riquezas do país, contribuem para a formação das desigualdades sociais no país” (p. 118).

Cultivada por décadas, apesar da ideia de a democracia racial ser reforçada pela miscigenação e pela discriminação velada das pessoas brancas para com as pessoas negras, há uma crescente compreensão sobre raça e classe³, percebendo-se assim, uma relação direta da

³ Para Marx, as classes sociais são realidades objetivas decorrentes de posições que os sujeitos ocupam na esfera produtiva. A posse ou ausência do capital define o pertencimento a uma das classes fundamentais: burgueses ou proletários. Essas posições na estrutura social implicariam na criação de interesses e orientações que possibilitariam uma ação comum entre os membros de uma mesma classe (AGUIAR, 2007, p. 83).

pobreza com afrodescendentes e povos tradicionais. Por isso, a mestiçagem tratada por Munanga (2020) revela que o real objetivo pelo qual se admite a mistura entre brancos, negros, índios e amarelos é a intenção de tornar a sociedade brasileira esbranquiçada.

Se o embranquecimento tivesse sido (hipoteticamente) completado, a realidade racial brasileira teria sido outra. No lugar de uma sociedade totalmente branca, ideologicamente projetada, nasceu uma nova sociedade plural constituída de mestiços, negros, índios, brancos e asiáticos, cujas combinações em proporções desiguais dão ao Brasil seu colorido atual.” (MUNANGA, 2020, p. 21)

Desse modo, identificação, etnia e estrutura social são pontos que também atravessam os povos tradicionais indígenas. Contudo, é necessário pontuar que etnia também costuma ter seu conceito confundido com o de cultura. Comumente é tratado como um marcador de diferenças culturais, tradicionais, que se constituem como uma categoria distinguível em termos de origem e valores. Mas etnia é um termo com inúmeras definições, que pode ser concebida de diferentes formas. É possível, por exemplo, encontrar o conceito de etnia baseado na herança cultural, extensão de parentesco, concepção economicista, que enfatiza a busca de força de trabalho barata, recursos utilizados na luta pelo poder político e através da concepção neoculturalista.

Uma das problemáticas envolvidas em conceituar etnia apenas sob o viés cultural, implica na necessidade de que um indígena só pode se denominar indígena quando possui um conjunto de hábitos e comportamentos distintos da sociedade na qual está envolvido. É fundamental salientar que um dos aspectos do racismo se consiste em limitar a definição do outro sob características estereotipadas, e isso pode ser percebido em como indígenas são exigidos a manter um comportamento pré-ancestral para reafirmar sua identidade. Oliveira (1978) afirma que pouco mudou a figura do indígena na consciência nacional desde o período da colonização. “É frequente ouvirem-se os mais desencontrados comentários a respeito do indígena brasileiro, tomado como urna entidade concreta, e genericamente denominada índio. A essa não são emprestadas inúmeras significações, parte delas "favoráveis" ou "simpáticas", parte depreciativas.” (p. 65)

A perspectiva que não exige dos ocidentais graus de similaridade com seus avós, mas exige dos indígenas um comportamento dos seus antepassados, nega sua historicidade e sua mutação de acordo com o tempo. A relação de colonizador e colonizado foi responsável não só pelo extermínio em massa dos povos tradicionais, como na criação de estereótipos comuns sobre eles e no questionamento de características étnicas indígenas. Os colonizadores

adentraram o interior do Brasil para explorar seus recursos naturais com o abuso da mão de obra barata dos indígenas. A resistência da população “resultou no massacre e extinção de muitos grupos étnicos” (SOUSA, 2011, p. 78) e na manutenção do estigma do índio preguiçoso.

Os seres vistos como selvagens e inferiores tiveram sua cultura, idiomas, religiosidade reprimidos para a integração de um modo de vida ocidental. Além da repressão e exploração, esses povos também passaram pelo processo de miscigenação forçada, já citada anteriormente neste trabalho, e genocídio. A projeção de que o Brasil seria um país branco em um século contava não só com a mestiçagem das três raças, mas com a intensificação da imigração europeia, fim do tráfico negreiro e o extermínio do índio, como visto em Munanga (2020). Em “Os Sertões” (1902), por exemplo, Euclides da Cunha aponta a saída para uma identidade nacional brasileira progressiva através da mistura entre brancos e índios, considerado por ele, o mestiço privilegiado do sertão.

Esse processo de homogeneização também resultou no apagamento das experiências indígenas na atualidade, concentradas quase que unicamente em estereótipos folclóricos. Oliveira (1978) trata sobre a questão da colonização, políticas indigenistas e a consciência nacional sobre os indígenas fortemente relacionada aos estereótipos. A partir dos seus estudos, será possível entender a vulnerabilidade histórica que atinge esses povos desde o período colonial até hoje. O discurso consequente do mito da democracia racial, de que o país é um povo único, diversificado e fruto de uma miscigenação forte e natural, impede o Estado enxergar as particularidades e necessidades do grupo étnico. Isso pode ser percebido na forma como o acesso à saúde da população indígena se demonstra restrito e marginalizado, principalmente quando se trata das comunidades afastadas dos centros urbanos.

Essa problemática foi acentuada no início do período da pandemia no Brasil, quando os números dessa população começaram a crescer de forma intensa e gradual no que tange a contaminação e mortes. A articulação falha dos Estados e Municípios para o atendimento médico das populações indígenas que vivem em aldeias afastadas do centro urbano gerou uma vulnerabilidade maior a esse povo. Carneiro (2011) afirma que as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas “têm sido a principal alavanca para o reconhecimento dos negros brasileiros como um segmento com características específicas e desvantajosas em termos de inserção social no país” (p. 54). E é a partir dessa condição, que o trabalho se dispõe a examinar sobre esses grupos, através dos dados revelados pelo Cadastro Único (CadÚnico). Tendo em vista alguns dados estatísticos conhecidos, o trabalho apresenta o critério para a classificação das famílias em situação de extrema pobreza e pobreza, com o intuito de elucidar as definições durante a análise nos capítulos posteriores.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, as famílias são classificadas em situação de extrema pobreza quando possuem renda mensal por pessoa de até R\$ 89,00, quando o rendimento é de até R\$ 178,00 entra na classificação de pobreza. Segundo essa linha, alguns dados coletados pelo IBGE (2018) revelam que a população de cor preta, parda e indígena demonstram maiores níveis de vulnerabilidade. Outras faces das desigualdades sociais estão impressas na renda e no acesso ao sistema educacional e de saúde. De acordo com o estudo divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 2021, a desigualdade racial de renda no Brasil persistiu quase sem avanços no período entre 1986 e 2019. Os dados calculados com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) expõem um acúmulo de renda entre brancos, e concentração dos negros nas camadas mais pobres da população. “A maior concentração dos negros nos estratos mais pobres é facilmente notável. Em todos os anos selecionados, a percentagem da população negra decresce ao serem considerados os estratos mais ricos.” (IPEA, 2021, p. 20)

Na educação, também é possível perceber dados que demonstram as menores taxas de acesso ao ensino básico e superior quando se trata das populações negras e indígenas brasileira. Isso impacta na entrada igualitária no mercado de trabalho e na renda dessas famílias. Os números informados pelo IBGE em uma pesquisa de 2019 mostram que apesar da população negra estar melhorando seus índices educacionais, tanto de acesso como permanência, ela ainda se mantém bem atrás da população branca. Em 2018, proporção de jovens brancos no ensino superior é de 78,8%, enquanto pretos e pardos é 55,6%. O número entre crianças pretas e pardas que não estavam frequentando a escola era de 30,8%, já a população branca, 17,4%.

Como Gonzalez (1982) pontua, há uma evidente separação quanto ao espaço físico dos dominados e dominadores desde a época colonial. O grupo dominado é configurado por famílias que vivem em pequenos espaços com condições precárias de higiene e saúde, que presta serviços por mão de obra barata. E isso se confirma com o dado revelado pelo IBGE que expõe que em 1995, 63% dos homens negros e 40% das mulheres negras morriam antes de completar 50 anos. O racismo também pode ser visto na qualidade do cuidado e assistência prestada, estimativa das taxas de mortalidade da população infantil e adulta. Esses dados também são disponibilizados através do portal do Ministério do Desenvolvimento, com os relatórios do Cadastro Único. Na mesma pesquisa realizada pelo IBGE em 2019 com dados referentes aos índices educacionais da população negra e branca, não apresenta dados amostrais sobre povos indígenas, justificadas pela “baixa representação das populações indígena e amarela no total da população”. A ausência dessas informações demonstra um descaso ainda maior no que diz respeito a intencionalidade de se entender sobre os povos tradicionais

1.2 GÊNERO E INTERSECCIONALIDADE

O conceito de gênero, segundo Louro (1997), está diretamente ligado a história do feminismo no século XIX, um movimento social organizado com reivindicações ligadas à acesso aos estudos, carreiras profissionais e organização da família. Pesquisas acadêmicas representaram uma mudança no conceito de gênero para além de homem e mulher. Isso significa que, através deles, a construção histórica e social a partir dos sexos começaram a ser considerados.

Gênero é mais do que uma identidade aprendida, é uma categoria imersa nas instituições sociais (o que implica admitir que a justiça, a escola, a igreja, etc. são “genericadas”, ou seja, expressam as relações sociais de gênero). Em todas essas afirmações está presente, sem dúvida, a ideia de formação, socialização ou educação dos sujeitos. (LOURO, 1997, p. 103)

O conceito de gênero vem para diferenciar a análise biológica, da social se apoiando na compreensão de que, apesar de haver machos e fêmeas na espécie humana, a construção do exercer a masculinidade e feminilidade é realizada pela cultura da sociedade. A sociedade construiu uma hierarquia baseada no patriarcado que gera um desequilíbrio de poder, concentrada em homens brancos. Desse modo, a identidade social das mulheres era fortemente correlacionada à trabalhos domésticos, à dedicação total a família e marido, ao distanciamento de trabalhos remunerados e a ausência de direitos civis, como o voto. Louro (1997) também salienta o renascimento do feminismo nos anos 60 marcado pelo desejo de transformação das estruturas de dominação e discriminação no meio social. Isso inclui os padrões do que se é considerado adequado nas vestimentas, comportamentos, sexualidade, modos de se relacionar e padrões de fecundidade.

No entanto, esses interesses citados estavam ligados às mulheres brancas de classe média, ignorando as distinções que acontecem em outros contextos e âmbitos sociais, como raça e classe. O princípio de que homens trabalham e mulheres cuidam da casa, não se aplicavam as mulheres afrodescendentes, pois elas trabalhavam sob regime de escravidão e tinha sua privacidade familiar violada. É o que bell hooks⁴ enfatiza no livro “e eu não sou uma

⁴ Sojourner Truth (1797) foi uma abolicionista que lutou pelos direitos das pessoas negras e também por assumir o papel de porta-voz do movimento pelos direitos das mulheres. Seu discurso mais conhecido “e eu não sou uma mulher?” foi feito em 1851 em Akron, Ohio, na Convenção de Direitos Humanos. Conhecida por falar, sobretudo, para pessoas brancas, Truth está entre as cem pessoas mais importantes do mundo segundo a *Smithsonian Institution*. (HOOKS, 2020, p. 251)

mulher? mulheres negras e o feminismo” (2020). O título do livro de hooks (2020) é inspirado no discurso de *Sojourner Truth* que questionava o fato das mulheres afrodescendentes serem representadas como feias e não femininas, contrapondo o conceito de feminilidade exercido por mulheres brancas de classe média. A autora registra como o prisma da família tradicional tornou a ideia de gênero deficiente para os afro-americanos, incluindo no distanciamento das mulheres negras em enxergar feminilidade como parte da sua identidade.

hooks (2020) também aponta como o imperialismo racial branco dos Estados Unidos, inclusive dentro do feminismo, negou a existência da mulher negra. Dentro do movimento, cujo objetivo era se livrar das opressões machistas, havia um comportamento sexista e racista direcionado às mulheres negras. Isso porque, a luta das mulheres brancas “pressupôs-se que, ao se assumir oprimida, uma pessoa se livra de ser opressora” (p. 29), impedindo que as feministas compreendessem seus próprios comportamentos racistas. Esse foi um dos fatores que fez com que as mulheres negras se distanciassem tanto dos movimentos negros, pautados na reivindicação da equidade racial, liderados por homens, como dos movimentos feministas, luta de gênero, liderados por mulheres brancas. É sob essa circunstância que nasce o conceito de interseccionalidade, a interação entre os eixos: raça, gênero e classe, que compreende a vivência da mulher além de uma experiência única, mas marcada a partir de outros fatores discriminatórios que influenciam em suas vidas. O termo surgiu com o objetivo de definir a luta de mulheres negras excluídas dos movimentos feministas exclusivamente focados em aspectos ocidentais, heterossexuais, brancos e de classe média.

A partir do viés histórico, hooks (2020) afirma que a mulher negra escravizada não era tão valorizada quanto o homem negro escravizado. Elas estavam acostumadas a trabalhos árduos no campo e outras diversas atividades domésticas. Em seus trabalhos braçais, semelhantes aos trabalhos masculinos dos escravizados, elas não eram consideradas mulheres - por ser um privilégio concedido apenas as mulheres brancas. O machismo foi um outro elemento que definiu a experiência de uma pessoa preta do sexo feminino, marcada pela violência sexual, desumanização e submissão; traços que permanecem até hoje. A autora observa o sexismo não só de homens brancos, quanto de homens negros e trata a dificuldade de haver uma libertação quando ainda existe uma relação de opressor e oprimido dentro dos movimentos sociais.

1.3 PANORAMA DA CIDADE DE PETROLINA

Petrolina está localizada no São Francisco Pernambucano, tem a população estimada em 359.372 pessoas e uma área territorial de 4.561,870km² segundo o IBGE (2021). O último Censo, realizado em 2020 registrou uma densidade demográfica de 64,44 habitantes por km², 97% de escolarização de 6 a 14 anos e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) municipal em 0,697. Ainda de acordo com o Instituto, o município é dividido em 4 distritos, 4 subdistritos e 34 bairros. No último Censo (2010), foi revelado que a população petrolinense é composta 51,3% por mulheres e 48,7% por homens. 74,6% dos habitantes moram na região urbana e 25,4%, na rural.

A cidade fundada em 1895 como ponto estratégico para o envio e chegada dos produtos em Pernambuco e no Piauí exerce uma função de cidade-polo regional. Isso significa que ela exerce autoridade no entorno por ter destaque comercial e prestação de serviços junto às localidades adjacentes. Como parte integrante do território brasileiro que passou pelo processo colonial, tem uma formação socioespacial baseada na exploração da terra, fruto da expansão de territórios de agricultura. Santos Filho (2021, p. 40) salienta que os agentes responsáveis pelo processo de formação socioespacial do Sertão do São Francisco são representados por latifundiários, jesuítas e o grupo subalterno: negros, indígenas e mestiços. O autor também destaca que a pecuária teve um papel fundamental no processo de ocupação do território.

A política de Petrolina se deriva de um relacionamento entre famílias com poder local de comerciantes, donos de propriedades rurais e membros da igreja, que desde o início já evidenciava a estrutura econômica capitalista da cidade, como resalta Aquino (2011). As relações entre os comerciantes e trabalhadores eram desiguais e marcadas pela precariedade das condições de trabalho. A cidade ainda perpetua um legado político do Brasil colonial e conta dominação de um grupo específico, a exemplo da família Coelho. Desde 1885, com Clementino de Sousa Coelho, a família exerce influência sobre o município, mas é a partir de 1955 com Nilo Coelho, que passam a dominar a prefeitura ampliando o poder orçamentário, industrialização e projetos de irrigação. Esse período acentuou as diferenças de classe, pois a dinâmica era positiva apenas para a elite local, uma vez que a irrigação focava, sobretudo, nas terras pertencentes a classe dominante, que gozava do modelo oligárquico sem trazer progresso a população mais carente.

Um dos sobrinhos de Nilo Coelho, Fernando Bezerra (MDB), ex-líder do governo Bolsonaro no Senado, é pai do ex-prefeito de Petrolina, Miguel Coelho (União Brasil), que

renunciou o cargo em 2022 para se tornar candidato ao governo do Estado de Pernambuco. A predominância da família Coelho no poder é incontestável, devido ao cenário de dominação política nas últimas décadas e de continuidade a uma política oligárquica, posicionada ao centro-direita. A cidade ainda dispõe de um parque que se chama Josefa Coelho, um bairro Gercino Colho, uma escola de Ensino Médio Clementino Coelho, aeroporto Senador Nilo Coelho e estádio Paulo Coelho, como o símbolo do desenvolvimento regional que a família teria trazido ao município.

Albuquerque (2011) afirma que é preciso tomar a ideia de região como “uma invenção histórica, e não apenas como uma dada região.” (p. 45) Ou seja, as regiões que compõe o Brasil são socialmente e culturalmente elaboradas. Por isso, a distribuição populacional no espaço geográfico é outro tópico que precisa ser levado em conta. Afinal, a partir da colonização, a cor da pele e classe foram fatores determinante para definir formas de viver e ocupar os espaços no país, por exemplo, dados do IBGE mostram números expressivos da população negra vivendo em comunidades periféricas urbanas ou zonas rurais e o aumento de comunidades quilombolas e indígenas. A pesquisa do instituto de 2019 revelou que existem em torno de 5.972 localidades quilombolas no Brasil e a estimativa de localidades indígenas no Brasil totaliza 7.103. Ainda de acordo o Instituto, o número de favelas no país dobrou entre 2010 e 2019. As moradias caracterizadas por um padrão irregular e pela falta de saneamento básico estão presentes em 743 cidades brasileiras.

Os mais vulneráveis encontram-se sob maior risco, não obstante existirem leis que estabeleçam o princípio da equidade e o direito ao meio ambiente sadio como um direito essencial. O resultado é a reconfiguração de territórios em zonas de sacrifício, uma herança deixada pela mineração desenfreada, barragens e agrobusiness de fronteira ilimitada.” (SOUZA, SILVA, 2021, p. 19)

Um dos motivos que explicam essa tendência é o menor custo de vida desses territórios para as famílias com rendas insuficientes para o centro urbano. Assim, criam-se uma segregação e marginalização explícita das famílias não-brancas. Essa característica implica diretamente e indiretamente no acesso de saneamento básico, no acesso dos habitantes nas escolas, unidades de saúde, alimentação de qualidade e informação. Segundo Gonzalez (1982), “nota-se que um número desproporcional de negros vive nas regiões agrárias e menos desenvolvidas do Brasil, onde as oportunidades econômicas e educacionais são muito menores” (p. 90). A própria segregação condicionada a partir do sistema escravista e reforçada pelas políticas de estímulo

à imigração europeia no Sudeste é um elemento que contribuiu para forjar a formação socioespacial do Brasil.

2. A TEORIA DO ENQUADRAMENTO E O JORNALISMO DE DADOS

Para fazer a investigação sobre a população negra e indígena de Petrolina, é preciso compreender o conceito de enquadramento para analisar as interações sociais. Os estudos realizados por Goffman (2006) buscam pensar e investigar como os indivíduos se constituem por quadros para compor seu mundo de sentidos. Isso significa que, a experiência de cada sujeito é resultado de como ele está enquadrado em sua realidade ao seu redor. Considerando esses enquadres, busca-se investigar os números disponibilizados pelo CadÚnico, a partir do quadro racial e de desigualdade.

A ampla disponibilidade de dados no meio digital, transformou habilidades analíticas para a produção de histórias. Através dos números é possível descobrir tendências, questões, padrões e quadros que acontecem no mundo. As investigações dentro do jornalismo requerem habilidades na coleta de dados e tem o apoio do meio digital através dos mapas, bancos de dados, ferramentas de verificação etc.

De muitas maneiras, os jornalistas têm se empenhado em coletar dados confiáveis e publicá-los para desde que o próprio jornalismo tenha sido praticado. A necessidade de precisão relatada sobre o mundo é parte da história de origem dos jornais há cinco séculos na Europa renascentista. (HOWARD, 2014, p. 8)

O jornalismo de dados é um campo que utiliza os dados numéricos na produção de informações através de adoção de técnicas e gerenciamento em banco de dados na era digital. As metodologias de reaproveitamento de informações numéricas e o apoio das ciências sociais facilitam a produção de reportagens com maior exatidão. Howard (2014) diz que o jornalismo orientado por dados segue a explosão de informações geradas em quase todos os aspectos da sociedade, sejam no governo, na indústria, na pesquisa, ou nas mídias sociais. “Os jornalistas de dados agora podem usar ferramentas online gratuitas e poderosas e software de código aberto para coletar, limpar e publicar dados rapidamente em recursos interativos, aplicativos móveis e mapas” (p. 8).

À medida que as habilidades vão sendo aprimoradas, os jornalistas exploram ainda mais as planilhas para análise de dados mais complexos, atingindo a linha de comando e a programação. Ainda segundo Howard (2014), há profissionais capazes de capitalizar algoritmos para automatizar tarefas comuns em relatórios, por exemplo, por construir bancos de dados para uso futuro, criar alertas e facilitar o trabalho do profissional. Isso acaba gerando

uma demanda maior no setor de notícias, já que com os dados, pode-se obter furos e atrair audiência.

2.1 O CONCEITO DA TEORIA DO ENQUADRAMENTO

O conceito de Goffman (2006) compreende enquadramento sob uma perspectiva teórica-conceitual, como princípios de organizações que orientam eventos sociais e a interação dos indivíduos com ele. “A importância da *frame analysis* o que é está no fato de que ela confere relevância a tudo o que está fora dos arcabouços que contêm a psicologia e a sociologia tradicionais, também fora das linhas usuais de pesquisa em ciências sociais” (GOFFMAN, 2006, p. 4). O autor propõe que os *frames* (quadros) são perspectivas particulares, apresentadas e analisadas de acordo com a narrativa e peculiaridade de cada sujeito. No entanto, os quadros também representam desdobramentos da subjetividade e se originam através das diversas formas de interação social, que moldam as ações dos atores e as possibilidades de interpretação.

Goffman (2006) afirma ainda que as principais referências de um determinado grupo, constituem elementos centrais de sua cultura, relações entre si e agentes que os rodeiam. Essa proposta metodológica pode ser analisada, por exemplo, nos movimentos feministas no século 20. Em linhas gerais, de acordo com hooks (2020), a luta evidenciava os interesses das mulheres brancas da época e centralizava pautas que representava a vivência delas. A autora ainda salienta que, à medida que a demanda da literatura negra aumentava no mercado, mulheres brancas recebiam financiamento para suprir essa necessidade.

É significativo o fato de que, em nossa sociedade, mulheres brancas recebam dinheiro de financiamento para pesquisar sobre mulheres negras, mas não me lembro de qualquer momento em que mulheres negras tenham recebido financiamento para pesquisar a história de mulheres brancas. (HOOKS, 2020, p. 31)

Nesse sentido, entende-se que o enquadramento feito em parte da literatura feminina negra é dado a partir de um viés branco, que detém maior poder na estrutura social. A imposição das narrativas e discursos, resultantes do processo de colonização, se articulam com os valores de uma civilização alheia, que confirmam a supremacia branca e o imperialismo cultural. González (2020) critica o viés eurocêntrico das ciências sociais e do feminismo ocidental, porque segundo ela, são ferramentas que moldam as culturas, os valores e os pensamentos dos povos subalternos sobre si mesmos.

Sob tal ótica, Gonzáles (2020) afirma que a sociedade brasileira já está em um processo de alienação por ser culturalmente colonizada, afetada nos valores do pensamento, arte, linguagem e religião. Isso porque, a história da África, da América no período pré-colonização, culturas e civilizações não fazem parte do ensino brasileiro primário, secundário e universitário. Por isso, para a autora, se configura como uma forma de dominação e discriminação da cultura e da interpretação social dos sujeitos.

Ao nos impor um lugar inferior dentro de sua hierarquia (sustentado por nossas condições biológicas de sexo e raça), suprime nossa humanidade precisamente porque nos nega o direito de ser sujeitos não apenas de nosso próprio discurso, mas de nossa própria história. (GONZÁLES, 2020, p. 119)

É por esta razão que para Goffman (2006), a análise precisa ser interpretada como um trabalho de microssociologia, sociolinguística e psicossociologia, enfatizando os estímulos e as dinâmicas apresentadas aos indivíduos da sociedade. A interpretação, quando pensada em enquadramentos jornalísticos, também é composta por uma série de aspectos, enquadramentos e referências do autor e da linha editorial do veículo, que conduzirão a notícia. No noticiário, os jornalistas são os responsáveis pelo enquadramento da realidade construída através dos seus interesses e da sua formação social. É fato que a vida em sociedade estabelece múltiplas interações para além do campo profissional, e esse contexto e referência vivido por cada indivíduo aciona diversas interpretações de uma situação. Mas, como pontuado anteriormente, alguns valores já impostos na população, também tem forte influência nessa construção, mesmo inconscientemente.

Com a grande afetação dos meios de comunicação, Goffman (2006) adverte que a comunicação possui alguns quadros dominantes nos noticiários e quadros menos presentes. Sendo assim, é importante fazer a relação de como o racismo é uma construção ideológica, que se concretiza em diversos processos de exclusão, inclusive na história, na imprensa e suas rotinas produtivas. Aspecto que não deve ser negligenciado durante a captação de dados socioeconômicos sobre grupos minoritários. Quando executadas, as extrações e análises podem sofrer reinterpretações de acordo com quem se beneficia. Um exemplo recorrente é o problema da violência, comumente enquadrada por análises como uma questão única de segurança nacional, baseada em repressão a população negra. O que acaba inserindo como fator marginal a associação desses grupos com os altos índices de pobreza, baixo nível de escolaridade e oportunidade de trabalho.

2.2 A DEFINIÇÃO DE JORNALISMO DADOS

À medida que o desenvolvimento dos meios digitais foi acelerando, a conformação das relações sociais também foi se reconfigurando. Os computadores, *smatphones*, *tablets* estão inseridos de maneira irreversível na vida profissional e pessoal dos indivíduos. Esse cenário pode ser percebido na mudança em alguns hábitos como: ler livros, escutar músicas, contatar outras pessoas e buscar informações.

Com a inserção da tecnologia no trabalho, a possibilidade do acesso a uma diversidade de dados sobre aspectos sociais e atividades humanas pôde contribuir para análises e investigações jornalísticas. De qualquer maneira, o cruzamento de dados, a confirmação das fontes e a checagem dos fatos, permanecem fundamentais. Essa dinâmica de apuração a partir de uma plataforma online, como o relatório de dados do CadÚnico, disponibilizado no site do Governo Federal, possibilita que muitos outros profissionais, inclusive da comunicação, invistam nas linguagens digitais para interpretar e comunicar o que os números querem dizer. Como Nascimento (2020) destaca, a tecnologia digital é ampla e não deve estar concentrada somente nas mãos de cientistas da computação, engenheiros da informação ou cientistas dos dados.

O uso de dados esteve presente no jornalismo desde que a profissão existe. Acredita-se que o primeiro exemplo de jornalismo de dados pode ser encontrado no jornal Guardian em 1821, numa edição que relatava o número de matrículas dos alunos e os custos sociais relacionados. Howard (2014) aborda como a revolução industrial no século 20 integrou os dados, ainda mais, no jornalismo investigativo, à medida que a computação ia avançando. No século 21, aspectos como o desenvolvimento acelerado da conectividade, internet, o uso de dispositivos móveis e softwares foram decisivos para alterar determinadas rotinas jornalísticas, fortalecendo então o termo: jornalismo de dados.

Provavelmente não há um único repórter ou editor trabalhando em uma redação nos Estados Unidos ou na Europa hoje que não esteja usando um computador no curso de seu jornalismo. Muitos membros da mídia, de fato, podem usar vários durante o dia, desde os poderosos computadores portáteis que chamamos de smartphones, passando por análises ou transformações em laptops e desktops, até contar com servidores e armazenamento em nuvem para processar big data na Internet. (HOWARD, 2014, p. 12)

Meredith Broussard, professora assistente na *Temple University* define jornalismo de dados como uma “prática de encontrar histórias através de números e o uso dos números para contar histórias” (Howard, 2014, p. 5). A professora defende que, para um jornalista se tornar

um bom profissional especialista em interpretar dados, é necessário experimentar diversas maneiras de contar uma história e entender que os dados são construídos por pessoas. Isso significa que não se pode considerar os dados como algo imutável, pois é socialmente arquitetado. O relatório e a análise são capazes de prover contexto e fatos a partir de uma abordagem multidisciplinar que envolvem repórteres, desenvolvedores, designers, editores e gerentes de comunidade. Essa interrelação evita que o ato de contar histórias esteja apartado por um setor, departamento ou edifício (HOWARD, 2014).

À medida que a demanda do jornalismo de dados aumenta, ele também apresenta e capacita comunicadores com novas ferramentas, com o objetivo de automatizar algumas tarefas. O jornalismo de dados integra ciência da computação, estatísticas e ciências sociais para se compreender bancos de dados. Isto posto, o profissional precisa, através dos algoritmos, procurar tendências, mapear influência, poder ou fontes. Ao criar um banco de dados que pode ser usado em reportagens futuras, um jornalista consegue economizar seu tempo para se concentrar em outras atividades, uma vez que o uso de dados não elimina a necessidade de verificação, checagem e adição de contextos. A colaboração dos *softwares* “condensa o tempo necessário para que uma história seja pesquisada, editada e publicada” (Howard 2014 p. 22)

A coleta e análise de dados, de maneira integrada, podem ser o caminho para as respostas questões sociais e de interesse público e político. O seu uso apropriado se faz necessário em um cenário de grande volume de informações e opiniões que o ambiente digital possibilita, mesmo que ilegítimas. Nascimento (2020) salienta como os jornais, podcasts, canais de vídeos, blogs e redes sociais se tornaram um campo em que doutores e leigos conseguem se misturar a partir de um determinado aspecto em comum, gerando uma multiplicidade de opiniões e incertezas. “Tal cenário de polifonia, indefinição e incertezas também está presente na sociologia digital”. (NASCIMENTO F., 2020 p. 13)

A integração da tecnologia na vida da população e maior volume de dados sobre o comportamento da sociedade abre possibilidades para o entendimento quali-quantitativo dos sistemas sociais e para investigações nos âmbitos econômicos, políticos e culturais.

Em todo o mundo, um número crescente de jornalistas de dados está fazendo muito mais do que publicar visualizações de dados ou mapas interativos. Eles estão usando essas ferramentas para encontrar corrupção e responsabilizar os poderosos. Os membros mais talentosos dessa tribo jornalística estão envolvidos em investigações de vários anos que buscam evidências que apoiem ou refutem a pergunta mais fundamental que os jornalistas podem fazer: por que algo está acontecendo? O que os dados, casados com a estrutura narrativa e o conhecimento humano especializado, podem nos dizer sobre a maneira como o mundo está mudando (HOWARD, 2014, p. 14)

A utilização das ferramentas digitais que processam grandes quantidades de informações permite ao jornalismo de dados mais do que a produção de mapas, infográficos ou linhas do tempo, mas o acesso a novas histórias com novos contextos e precisão. Contar o que há por trás de um número exige uma abordagem que relacione o conjunto de dados com a interpretação deles em um contexto específico. Por exemplo, à medida que os governos tornam informações públicas, o jornalista tem a possibilidade de fazer o acompanhamento, cruzamento e estudo dos dados, sendo capaz, inclusive, de trazer à tona provas sobre uma rede de corrupção e gerando denúncias seguras para quem está no poder público. Isto posto, o papel do jornalismo de dados, além de visualizar todo o conjunto de informações, também se atribui à tradução e no compromisso de garantir uma narrativa de interesse público, que seja compreensível.

3. METODOLOGIA

A pesquisa utiliza das técnicas do jornalismo de dados, que consiste na apuração das informações do meio digital e na interpretação deles através do quadro da desigualdade racial. A metodologia, ou a sistematização e organização dos caminhos que serão percorridos neste trabalho, opta pela abordagem quanti-qualitativa por utilizar dados estatísticos sobre a população negra e indígena de Petrolina. De acordo com Gehardt e Silveira (2009), a abordagem quanti-qualitativa se caracteriza pelo “aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (p.31) e através da “compreensão e explicação das dinâmicas das relações sociais”. (p.32). Em síntese, a pesquisa reúne técnicas de apuração de dados dividindo-se em meios quantitativos, com o foco numérico e estatístico; e qualitativo, com a interpretação dos números através do apoio de referenciais teóricos especializados em raça e classe e suas estruturas.

Conforme já mencionado, o Cadastro Único é um registro em número de quem são e como vivem as famílias de baixa renda no Brasil. Os indicadores implicam no interesse da compreensão das diferentes condições sociais e estão ligadas ao planejamento governamental, pois é a partir das informações e o uso delas, que se tencionam a criar políticas públicas com o objetivo de retratar e discutir os desdobramentos sobre pobreza, exclusão, vulnerabilidade e desigualdade. Como a análise parte do campo digital, é necessário pontuar que os dados precisam ser tratados não como fatos em si, mas como ferramentas que podem ser utilizadas para construir argumentos honestos.

Por isso, cria-se a necessidade de além da análise, a busca por evidências, conhecimentos e referências que comprovem que as conclusões apresentadas são sólidas. A técnica de coleta planeja examinar os números das famílias cadastradas no programa em 2022. A partir dos indicadores, é analisado a quantidade de famílias por faixa de renda, qual o perfil das pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, taxas de analfabetismo e acesso a saneamento e saúde. A pesquisa pretende compreender se há alguma relação entre faixas de rendas a raça e cor dos indivíduos e famílias.

É fundamental entender as diferenças entre a pesquisa quantitativa e qualitativa para aplicá-las nas pesquisas apropriadas para cada caso. Nesta monografia, as duas abordagens são utilizadas com o objetivo de obtenção de resultados mais abrangentes. Por exemplo, para mensurar a questão da fome no município pernambucano, os números de indivíduos da região, sua etnia, cor e região em que vivem, é utilizada a pesquisa qualitativa. A estratégia utilizada é a análise de dados por meio da coleta das informações disponibilizadas pela Secretaria

Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional do Cadastro Único do Ministério da Cidadania.

[...] o modo como buscamos, acessamos, referenciamos/indexamos informação está mudando as Ciências Sociais. Especificamente, a produção crescente de artigos, e-books, relatórios de pesquisa etc. associados à disponibilidade on-line de acesso estariam reconfigurando o *modus operandi* da pesquisa em Ciências Sociais. (NASCIMENTO F. 2020, p. 22)

A monografia se configura como uma pesquisa documental, compreendida como uma verificação “a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não-fraudados);” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 69). Ela abrange arquivos e registros públicos demográficos e de nível social que não receberam tratamento analítico anteriormente, caso dos dados sobre a estrutura social do município de Petrolina, em Pernambuco. O trabalho é também uma pesquisa descritiva, isto é, o estudo, como o nome sugere, tem o objetivo de descrever algo a partir de uma análise minuciosa do sistema do CadÚnico. A abordagem exploratória do sistema não necessita do apoio de *softwares*, mas do acesso ao site do próprio governo federal para levantar e coletar dados quantitativos apresentados pelo Governo Federal em sua última atualização, que aconteceu em agosto de 2022.

Para o processo de análise das informações, é importante entender o ambiente onde irá ser realizada a coleta, o CADÚnico, banco de dados socioeconômicos que o Governo Federal dispõe sobre a população na página oficial do Ministério da Cidadania na internet. Como o ponto de partida é a extração de dados de um ambiente online, a metodologia recorre a definição de Omena (2019) sobre os métodos digitais. Para ela é “uma prática de pesquisa quali-quantitativa que re-imagina a natureza, os mecanismos e os dados nativos às plataformas web e motores de busca para estudar a sociedade” (p. 6). Isso significa que os números e objetos digitais podem ser utilizados como ferramenta de investigação.

Atualmente na base de dados do Cadastro Único existem 87.358 famílias inscritas no município de Petrolina/PE (dados referentes a agosto de 2022). São 216.411 pessoas cadastradas. Para a operacionalização do Cadastro Único para Programas Sociais e gestão do Programa Bolsa Família, o Setor do Cadastro Único conta com quatro painéis informacionais: Benefícios, Bolsa Família, Condicionalidade, Índice de Gestão Descentralizada (IGD), Cadastro Único, Grupos Populacionais Tradicionais Específicos (GPTE) no Cadastro Único e Perfil CadÚnico.

O foco na coleta de informações brutas dentro do ecossistema das redes digitais de informação pode servir de fonte para o jornalismo no desenvolvimento de novas narrativas sobre temas complexos e em diferentes formatos. É a possibilidade de tratar a informação e facilitar o acesso ao observador um documento bruto para um documento secundário.

A coleta é desenvolvida através dos dados disponibilizados nos Painéis de Monitoramento da página online do Ministério da Cidadania. O site permite a alteração de local, para garantir o acesso de dados sobre cada cidade. No caso desta pesquisa, a localidade foi alterada para Petrolina (PE). Através do painel “Cadastro Único” foram coletadas as informações sobre a quantidade de pessoas/famílias cadastradas e atualizadas na cidade, percentual de famílias em situação de extrema-pobreza, pobreza e baixa renda do município. Os dados foram atualizados em agosto de 2022. No painel “Perfil CAD”, foram extraídas as informações das pessoas cadastradas por sexo, situação de domicílio, faixa de renda e raça/cor. Isto posto, foram verificadas as taxas percentuais, números absolutos e a variação ao decorrer dos últimos 10 anos.

Para a pesquisa foram utilizados os gráficos dispostos pela Secretaria Nacional de Renda e Cidadania; analisados sob a ótica sociológica de Carneiro (2011), hooks (2020) e Gonzalez (1982), que partem de uma discussão interseccional que entrelaça os marcadores de gênero às lentes de raça e classe. Vale destacar que as autoras pertencem ao conceito da Epistemologias do Sul, que rompe o padrão da hegemonia na economia, cultura, política e literatura do norte global. Suas visões e escritos baseadas nas suas experiências de minorias marginalizadas conseguem criar um distanciamento em relação às epistemologias dominantes do Norte, causadas pelo capitalismo, patriarcado e colonialismo. O conceito do Sul, como aponta Sousa Santos (2014) não se refere exclusivamente a geografia, mas é uma metáfora da resistência das formas de opressão causadas pelo sistema dominante.

Também foram usados como referência, Silvio Almeida (2018), que debate o racismo como um sistema economicamente e politicamente estruturado através dos marcadores de raça; e Munanga (2020), que trata o processo de mestiçagem no Brasil como um fator determinante na naturalização do racismo e desigualdade na sociedade.

4. O QUE O CAD ÚNICO REVELA SOBRE A POPULAÇÃO FEMININA, NEGRA E INDÍGENA PETROLINENSE

Em 2001 e 2002 o Governo Federal, sob gestão de Fernando Henrique Cardoso, executava ações de transferência de renda para famílias em situação de pobreza, por exemplo: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e Auxílio Gás. Os programas utilizavam diferentes formas de cadastro para realizar a identificação do público-alvo e coordenar o atendimento às famílias. De acordo com o Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, o CadÚnico foi implementado como uma forma de possibilitar a integração das informações para atender quem precisa.

Em 2001, quando os programas de transferência de renda começaram a ser implementados como importantes estratégias de combate à pobreza no país, foi criado, por meio do Decreto nº 3.877, o Formulário de Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal. (BRASIL, 2017, p. 10)

O Cadastro Único (CadÚnico) foi instituído em 24 de julho de 2001, mas se consolidou nos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016). Entre 2001 e 2003, a gestão do Cadastro único era de responsabilidade da Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência Social, mas em 2004 com a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a gestão do Cadastro Único foi transferida para uma das secretarias do MDS, a Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (Senarc). Algumas das responsabilidades do Senarc envolvem “coordenar, acompanhar e supervisionar a implantação e a execução do Cadastro Único” (BRASIL, 2017, p.10). Além disso, a Secretaria também precisa avaliar continuamente a qualidade das informações e desenhar estratégias para aperfeiçoar.

Em 2003 iniciou a consolidação do Cadastro Único como ferramenta de inclusão social das famílias de baixa renda. A integração da base de dados do CadÚnico com o Programa Bolsa Escola e Bolsa Família, que se constitui o principal usuário do banco de dados, foi implantada, mas não aconteceu de forma imediata. Era preciso atualizar e fazer manutenção de dados além disso, definir o público-alvo, regras, procedimentos de coletas e parâmetros para a gestão.

A consolidação do Cadastro Único como ferramenta de inclusão social das famílias de baixa renda começou a se concretizar com a criação do Programa Bolsa Família (PBF), em 2003, a partir da unificação dos programas de transferência de renda condicionada existentes na época. A Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que criou o PBF, definiu o Cadastro Único como

instrumento de identificação e seleção de seus beneficiários. (BRASIL, 2017, p. 11)

A criação da ferramenta de identificação e seleção de famílias de baixa renda e em situações de pobreza teve a intenção de combater a miséria e fome. Os dados são inseridos em uma página online, sem necessidade de instalação de *softwares*, e são administrados pela Caixa Econômica Federal, divididas por municípios. A instituição financeira brasileira é responsável pelo desenvolvimento do sistema do Cadastro Único e além de realizar o processamento dos dados, atribui o Número de Identificação Social (NIS) para cada pessoa cadastrada, envia os formulários de cadastramento aos municípios e provê atendimento operacional aos municípios, sob a supervisão do MDS. A função da CAIXA enquanto Agente Operador é definida pela Lei nº 10.836/2004.

Atualmente, o programa é composto por formulários e informações coletadas através de entrevista no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). É necessário a identificação do Responsável pela Unidade Familiar (RF), a pessoa que vai fornecer as informações ao entrevistador, que deve ser um morador do domicílio com idade mínima de 16 anos. De acordo da plataforma digital do Governo Federal, as pessoas inscritas devem prestar informações verdadeiras sobre sua família e atualizá-las a cada dois anos. A atualização pode ser feita através do CRAS, ou do aplicativo digital do Cadastro Único, que permite a confirmação de informações para as famílias que não tiveram mudanças nos dados e na composição familiar. A falta de atualização pode implicar na obtenção e continuidade de alguns benefícios, caso do Auxílio Brasil e Tarifa Social de Energia Elétrica.

Para garantir a continuidade e efetividade do cadastramento, são atribuídos papéis aos governos estaduais em apoio aos municípios. Isso inclui o suporte no desenvolvimento de estratégias de acesso à documentação civil, oferta de capacitação que auxilie o trabalho dos municípios na gestão do CadÚnico, acompanhamento na resolução dos problemas referente ao cadastramento, auxílio à condução de ações de cadastramento de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos e apoio na identificação e cadastramento da população extremamente pobre. O município se configura o principal ator na gestão do Cadastro Único. “A gestão municipal identifica as famílias de baixa renda, realiza seu cadastramento, registra os dados na base nacional do Cadastro Único, mantém as informações atualizadas e analisa possíveis inconsistências.” (BRASIL, 2017, p. 20). É de responsabilidade do município identificar as áreas onde as famílias de baixa renda se encontra, capacitar os profissionais envolvidos na gestão do cadastramento, coletar informações através de entrevistas em

domicílio, mutirões ou nos postos fixos de atendimento, incluir e atualizar os dados no sistema, adotar medidas de controle e prevenção de fraudes ou inconsistências cadastrais, divulgar programas sociais, entre outras atribuições.

O Cadastro é uma porta de acesso aos seguintes programas sociais: Auxílio Emergencial, Ação de Distribuição de Alimentos (ADA), Benefício de Prestação Continuada (BPC), Carteira do Idoso, Concessão de bolsas por entidades com Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social com atuação na área da educação (CEBAS-Educação), Créditos Instalação do Programa Nacional de Reforma Agrária, Distribuição de conversores de TV Digital, Facultativo de Baixa Renda, Identidade Jovem (ID Jovem), Isenção de taxas de inscrição em concursos públicos, Isenções na taxa de inscrição para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), Plano Progridir, Programa Auxílio Brasil, Programa Cisternas - Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água, Programa Criança Feliz, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, Urbanização de Assentamentos Precários, Programa Minha Casa Minha Vida/ Casa Verde Amarela, Programa Nacional de Crédito Fundiário, Programa Nacional de Reforma Agrária, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Sistema de Seleção Unificada - Sisu/Lei de cotas, Tarifa Social de Energia Elétrica, Telefone Popular - Acesso Individual Classe Especial, Programa Nacional de Assistência Estudantil, Internet Brasil, Projeto Dom Hélder Câmara

4.1 CRITÉRIOS DE CADASTRAMENTO NO CADÚNICO

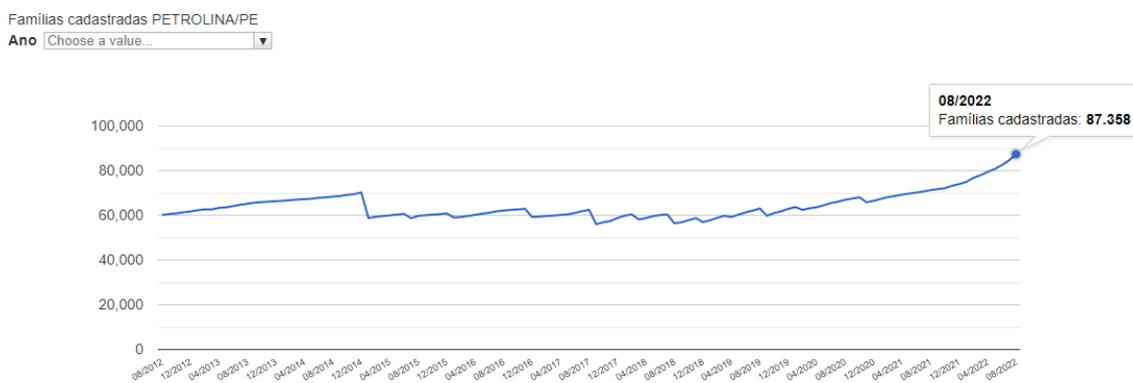
O Cadastro Único foi criado com o objetivo de identificar e selecionar famílias de baixa renda, em situação de pobreza e extrema pobreza. A ferramenta tem a intenção de mapear dados estratégicos para a articulação de políticas públicas que as incluam em ações e programas sociais, com a intenção de acabar com a fome e pobreza do país. Os indicadores permitem entender as dimensões da pobreza e segmentar esforços para famílias em vulnerabilidade. É importante ressaltar que para o Cadastro Único, família independe dos aspectos tradicionais e conservadores ou do grau de parentesco. O conceito de família utilizado pelo CadÚnico corresponde a unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas que compartilhem renda e dividam despesas em um mesmo domicílio e que tenham as necessidades atendidas pela mesma unidade nuclear.

Para o cadastro, as famílias devem possuir uma renda familiar mensal de até meio salário-mínimo por pessoa, ou três salários-mínimos de renda total. Ministério de Desenvolvimento Social compreende como renda toda a remuneração recebida pela pessoa, proveniente ou não do mercado de trabalho. Aposentadoria, pensão, seguro-desemprego, auxílio-doença, salário-maternidade, entre outros, são considerados rendimentos. Programa Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Programa Nacional de Inclusão de Jovens, Auxílio Emergencial não devem ser registrados como rendimentos conforme determina o Decreto nº 6.135/2007.

De acordo com o Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (p. 26), a regra de cálculo da renda familiar mensal per capita pelo Sistema de Cadastro Único se dá pela divisão do valor da remuneração total recebida nos últimos 12 meses por 12, para obter a remuneração média do último ano; comparação da remuneração média com a remuneração recebida no mês anterior ao da entrevista; soma dos valores das rendas registradas; soma dos resultados para obter a renda familiar mensal. É feita uma divisão do valor obtido pelo número de pessoas cadastradas na família, obtendo a renda familiar mensal per capita.

Conforme demonstrado na Figura 1 a seguir, até agosto de 2022, Petrolina possuía 216.411 pessoas e 87.358 famílias inseridas no Cadastro Único e 59.224 famílias com o cadastro atualizado nos últimos dois anos.

FIGURA 1.



MC, Cadastro Único para Programas Sociais (08/2022)

Fonte:

A Taxa de Atualização Cadastral (TAC) do município é de 70,81%, enquanto a média nacional encontra-se em 76,24%. Segundo o portal do CadÚnico, a TAC é calculada pela

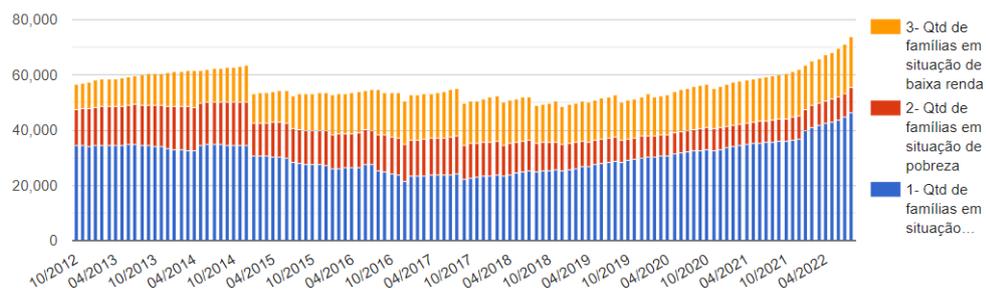
divisão do número de famílias cadastradas com renda mensal per capita de até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo com cadastro atualizado pelo total de famílias cadastradas com renda mensal per capita de até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo, multiplicado por cem. Isso significa que 70,81% dos cadastros estão atualizados dentro do prazo máximo de 2 anos.

4.2 APRESENTAÇÃO DAS FAMÍLIAS CADASTRADAS POR FAIXA DE RENDA

O Cadastro Único possui um número total de 216.411 pessoas cadastradas. Conforme demonstrado na Figura 6, 54% do total desse número se encontra em situação de extrema pobreza, isto é, 116.886 pessoas possuem uma renda mensal de até R\$89 por pessoa. O segundo maior indicador é de pessoas de baixa renda, com 50.836 pessoas. Isso significa que 23% das pessoas possuem renda mensal por pessoa de até meio salário-mínimo (R\$606,00) ou renda familiar total de até três salários-mínimos. Em situação de pobreza, com renda mensal entre R\$89,00 até R\$178,00, o município contabiliza 25.310 pessoas, ou 12% do total de cadastrados. As pessoas cadastradas com renda acima de $\frac{1}{2}$ salário-mínimo mensal representam 11% e não são apresentados no gráfico.

FIGURA 2.

Quantidade de famílias cadastradas por faixa de renda



Fonte: SENARC

Como é possível visualizar na Figura 2, há predominância e crescimento nos últimos dez anos de famílias em situação de extrema pobreza, representadas pelas colunas azuis. É interessante perceber também que a partir de 2020, à medida que a quantidade de famílias em situação de pobreza, em vermelho, parece diminuir, famílias em extrema pobreza aumentam em 54%. Em termos absolutos, a quantidade de famílias cadastradas em extrema pobreza em janeiro de 2020 era de 30.069. Agosto de 2022, o número atingiu 46.357.

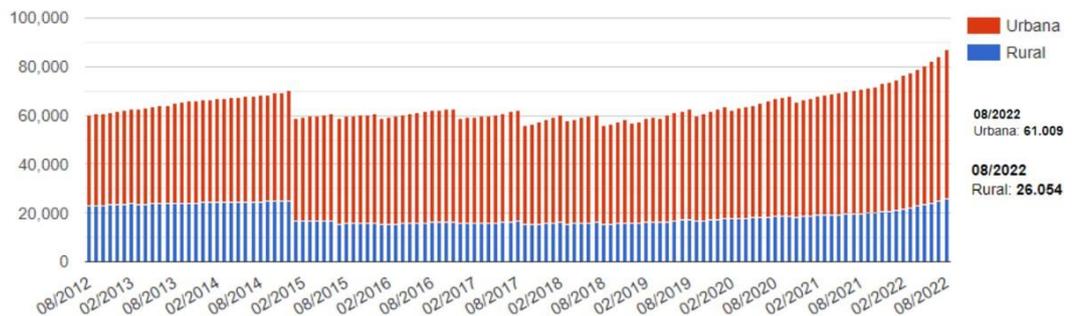
É possível relacionar o aumento da extrema pobreza à condução dos programas de transferências de renda durante período pandêmico. Por exemplo, apesar do Auxílio Emergencial, benefício disposto pelo Governo Federal com o objetivo de diminuir o contágio da covid-19 no valor de R\$600,00, ser transferido de maneira automática para pessoas cadastradas no CadÚnico que atendiam os requisitos ou já recebiam o Bolsa Família, isso não se demonstrou suficiente para o controle do aumento da extrema pobreza. Em 2021, com a redução do benefício, a pobreza continuou a decolar atingindo 36.873 em dezembro, aumento de 22% em relação a 2020.

Quando se fala em situação domiciliar, ou residentes da zona urbana e rural, nota-se um predomínio da população urbana sobre a rural no número total de cadastramentos. As famílias da zona urbana, representados pela cor vermelho, são 69% do total. Em azul estão as 29% da zona rural, em azul. Em termos absolutos, 61.009 das famílias cadastradas no CadÚnico, vivem na região urbana do município, 25.054 habitam na zona rural. De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social, esta é a média geral da região do Nordeste e Norte em comparação com outras regiões brasileiras.

Em todas as regiões, há uma predominância de famílias em localidade urbana, porém há uma importante diferença percentual entre as regiões Norte e Nordeste e as outras. Nessas duas regiões há um percentual significativo de famílias em localidade rural, 25% e 31%, respectivamente. (MDS; SENARC, 2014, p. 10)

FIGURA 3.

Quantidade de famílias cadastradas por situação do domicílio

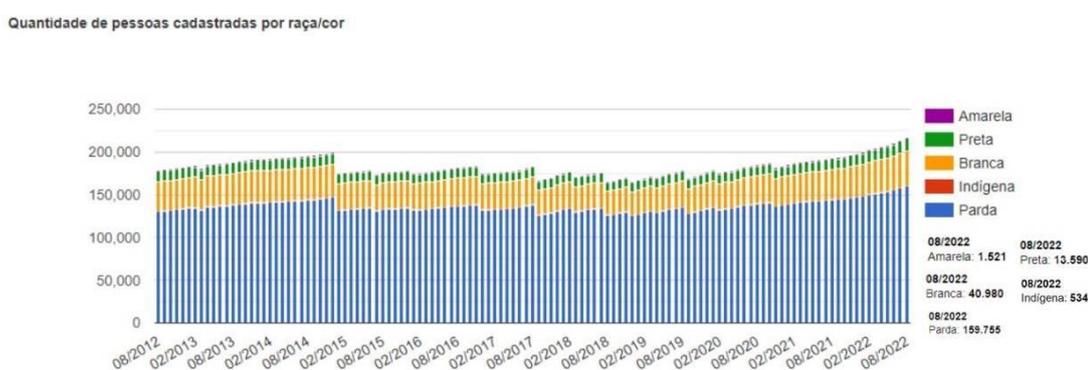


Fonte: SENARC

4.3 DADOS DE RAÇA DO CADASTRO ÚNICO DE PETROLINA (PE)

Para facilitar a compreensão, a Figura 4 apresenta a quantidade de pessoas cadastradas por raça/cor. Os dados são referentes aos anos de 2012 a 2022 e são divididos pelos grupos: amarelos, constituídos por asiáticos, pretos, brancos, indígenas e pardos. É interessante pontuar que o conceito de raça/cor compreende também o pertencimento étnico, que pode ser percebido no caso das pessoas indígenas.

FIGURA 4.



Fonte: SENARC

Conforme demonstrado no gráfico da SENARC, as pessoas pardas constituem o maior grupo concentrado no CadÚnico desde 2012. Até agosto de 2022, foram registradas 159.755 pessoas pardas, representadas pela cor azul, que correspondem a 73,8% do total das pessoas cadastradas. O segundo maior grupo é o branco, apresentados pela cor amarela, com 40.980 pessoas, representando 18,9% do total do número. Pessoas pretas, indicadas pela cor verde, são 13.590 com o percentual de 6,3%. Já as pessoas asiáticas, denominadas amarelas, são representadas pela cor roxa com 1.521 pessoas, que corresponde a 0,7%. E indígenas, em cor vermelha, são 0,2%, com 534 pessoas.

A mostra expressiva de pessoas pardas no CadÚnico é um dos efeitos deixados pela miscigenação brasileira construída através da política de branqueamento. Ser o maior grupo pertencente num banco de dados que identifica e seleciona famílias de baixa renda e em situação de pobreza expressa a posição de subalternidade. De acordo com o IBGE, para formar a classificação de negros, é comum que seja somada a população preta à população parda para a formação de um grupo. Portanto, nesse caso, usando o método do IBGE, Petrolina possui uma população negra cadastrada no CADÚnico de 173.345, ou 80,1% do número total de

cadastrados. Desta forma, pode-se aferir que os mais submetidos a pobreza em Petrolina são etnicamente pessoas negras, caracterizadas pelo IBGE como pretas e pardas.

Ao contrário do que indica o imaginário social, pretos e pardos (conforme a nomenclatura do IBGE) compõem um agrupamento que, do ponto de vista dos indicadores sociais, apresenta condições de vida semelhantes e igualmente inferiores quando comparadas ao grupo branco. (CARNEIRO, 2011, p.67)

Um outro fator que pode ser levado em conta no alto número de pardos é a tomada de consciência das raízes culturais e raciais que contribuem para que a comunidade se afaste da compreensão dos mecanismos de exclusão que sofrem. Como aponta Munanga (2020), apesar do processo de branqueamento ter fracassado, o ideal se mantém inculcado no inconsciente brasileiro. Isso significa que há uma dificuldade da formação de uma identidade negra. Os indivíduos não se reconhecem como brancos, pois não possuem os mesmos privilégios, mas também não se identificam como negros, por causa dos estigmas negativos que a palavra carrega, gerando um acúmulo maior na classificação parda.

Apesar de o processo de branqueamento físico da sociedade ter fracassado, seu ideal inculcado através de mecanismos psicológicos ficou intacto no inconsciente coletivo brasileiro, rodando sempre nas cabeças dos negros e mestiços. Esse ideal prejudica qualquer busca de identidade baseada na “negritude e na mestiçagem”, já que todos sonham ingressar um dia na identidade branca, por julgarem superior. (MUNANGA, 2020, p. 21)

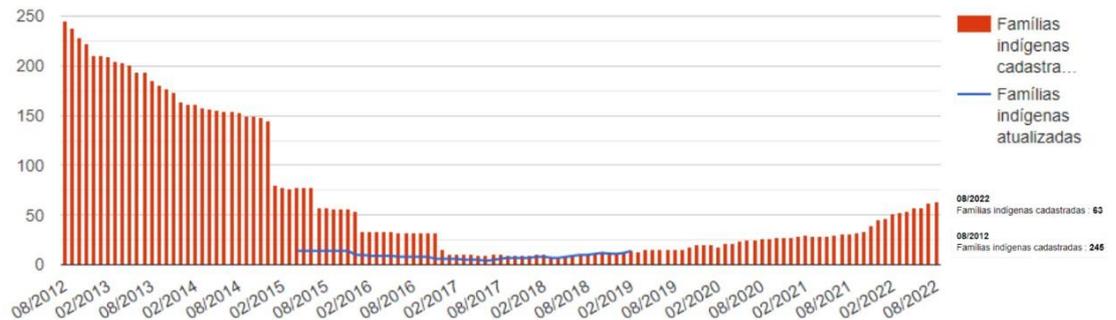
Por isso, entende-se que discriminação ocorre de maneira sistemática. É o que Almeida (2018) define como Racismo Estrutural. Para o autor, Racismo Estrutural é o resultado do processo histórico e político que estabelece um sistema que discrimina pessoas ou grupos específicos e conserva processos de dominação. Observa-se no gráfico um número significativo de mais de 80% dos cadastros estarem concentrados na população negra, evidenciando como o racismo se relaciona com a estrutura e se configura um fator determinante para determinar uma ordem social estabelecida, em que normaliza a pobreza na população negra (pretos e pardos).

Ainda, conforme demonstrado no gráfico, há um maior aumento percentual da população negra no CADÚnico em relação aos outros grupos nos últimos 10 anos. Em agosto de 2012, 141.573 pessoas cadastradas eram negras e pardas. O número saltou para 173.345 em agosto de 2022, uma diferença de 31.772 pessoas, representando um acréscimo de 22%. Enquanto a população branca saiu de 34.457 em agosto de 2012 para 40.980 em agosto de 2022, tendo um aumento de 6.523 pessoas, percentual de 18%. As amarelas saíram de 1.342 para 1.521, aumento de 13%. Já a população indígena sofreu um efeito reverso nos últimos 10 anos.

Em 2012 o número de pessoas indígenas era de 743, em 2022 caiu para 534. A Figura 5 ilustra a situação.

FIGURA 5.

Quantidade de famílias indígenas cadastradas X atualizadas



Fonte: SENARC

Em 2012, havia 245 famílias indígenas cadastradas. Em 2022, o número caiu para 63. Uma diminuição percentual significativa de 74%. É fato que população indígena é menor em comparação com outros grupos, fato resultante da colonização brasileira que contribuiu para o extermínio em massa das populações indígenas. Esse histórico fez com que grande parte dos grupos indígenas se encontre ainda hoje em situação de vulnerabilidade. A figura 5 aponta uma diminuição gradual no cadastramento entre 2012 e 2014, e uma queda expressiva entre 2014 e 2015, saindo de 145 para 80 famílias cadastradas. Em 2019, a taxa de cadastramento caiu ainda mais. O retorno do crescimento inicia em 2020 com 20 famílias indígenas cadastradas e atinge 63 famílias cadastradas em 2022, aumento percentual de 215%.

Um dos pontos que merecem destaque é a diminuição no número de cadastramento. Essa situação pode estar correlacionada com a ausência de campanhas de informações sobre a participação dos povos indígenas locais e distribuição de materiais nos diferentes idiomas. Outro ponto que também deve ser considerado é o viés burocrático para as comunidades tradicionais. Além dos documentos comumente solicitados, os indígenas têm outras exigências que envolvem a comprovação de cadastro indígena no sistema da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e declarações anuais na Previdência Social para garantir a permanência no Cadastro Único. Na constatação de irregularidades nos documentos, pode-se solicitar a FUNAI emissão de comprovantes ou convocar os indígenas para entrevista.

Vale destacar que a análise foi feita a partir do enquadramento racial e étnico como um fenômeno historicamente construído e socialmente expostos a desigualdades. Seguindo o conceito de Goffman (2006), essa interpretação promove uma avaliação particular sob a perspectiva de um contexto histórico que determinou posições na estrutura social atual a partir da raça/etnia e gênero. Como Gonzáles (1982) pontua: “Esse perfil de desigualdades raciais não é um simples legado do passado; ele é perpetuado pela estrutura desigual de oportunidades sociais a que brancos e negros estão expostos no presente” (p. 98). Isso pode ser observado pelo acesso ao sistema educacional e às oportunidades de escolarização, por exemplo, que não estão em pé de igualdade com o acesso do grupo dominante, o branco.

As motivações que podem justificar a diminuição no índice de cadastramento de indígenas no CadÚnico são caracterizadas a partir da imposição da invisibilidade, inclusive midiática, sobre as populações indígenas. O próprio Ministério de Desenvolvimento chega a afirmar que “essa população está sujeita a múltiplas exclusões, o que impede que elas exerçam de forma plena os seus direitos” (MDS; SENARC, 2014, p. 10). Isto posto, é preciso ressaltar que a responsabilidade de realizar o cadastramento da população no Cadastro Único para Programas Sociais é do município. Também, a ausência de dados que expliquem a razão da evasão dessa população no Cadastro Único potencializa consequências negativas para a construção de políticas públicas voltadas para esse povo, tendo em vista sua composição familiar, renda e posse.

4.4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DE GÊNERO

A quantidades de pessoas cadastradas no CadÚnico em Petrolina (PE) até agosto de 2022 somam 216.411. Como demonstrado na Figura 6, 125.496 são mulheres representadas pela cor vermelho. Isso corresponde a 57% do total. Os homens, em azul, são 42%, com 90.915 cadastrados. O gráfico em colunas indica as variáveis do cadastro ao decorrer dos meses e anos desde 2012. Observa-se que o predomínio da figura feminina se mantém nos últimos 10 anos. Em 2022 a diferença no número é de quase 35 mil pessoas sobre a população masculina.

FIGURA 6.



Fonte: SENARC

A figura feminina se localiza com maior concentração no Cadastro Único. Em 2012, a mulher liderava o número de cadastro com 100.659 pessoas, homens eram 79.365. Em 2022, o número de mulheres, que continua liderando o cadastramento, atingiu 125.496, um aumento percentual de 24% e homens, 90.915. Aumento de 14%. A média é de 106 mil mulheres e 78 mil homens nos últimos 10 anos. Com esses dados impressos, é importante ressaltar o CadÚnico como uma ferramenta que unifica programas de transferências de renda para famílias baixa renda, pobreza e extrema pobreza. Isso expressa a maior exposição das mulheres em situação de vulnerabilidade social, que podem ser explicadas pelo sistema patriarcal, abandono parental e/ou chefia familiar.

De 2000 a 2010, por exemplo, o Censo do IBGE destacou que o número da mulher responsável pela família subiu de 22,2% para 37,3% (IBGE, 2012). Outro fator contribuinte é que no Cadastro Único, a Responsável Familiar (RF), deve ser preferencialmente do sexo feminino, conforme o Decreto nº 11.016/2022. A prioridade se deve pela perspectiva já existente de que a proporção de famílias chefiadas por mulheres tem um número expressivo correlacionado com os índices de pobreza.

Tendo em vista que a maior concentração do cadastro envolve pessoas negras e mulheres, recorremos a González (2020), que trata das duas questões atravessadas entre si em busca da compreensão deste efeito. De acordo com a autora, a inclusão de mulheres negras no mercado de trabalho é caracterizada por níveis baixos de remuneração, transformando a figura negra e feminina no perfil de quem está em maior vulnerabilidade. A categoria feminina ser o maior número nos últimos 10 anos no Cadastro Único também pode estar correlacionado com a sobrecarga de responsabilidades que se recai ainda mais sobre a mulher, que foi escalada para exercer os cuidados com o lar e com os filhos. González (2020) ainda aponta para o fenômeno da mulher chefe de família, que está articulado com a pobreza, sobretudo nas áreas urbanas.

Enquanto negra e mulher, é objeto de dois tipos de desigualdades que fazem dela o setor mais inferiorizado da sociedade brasileira. Enquanto trabalhadora, continua a desempenhar as funções modernizadas da escrava do eito, da mesma mucama, da escrava de ganho. Enquanto mãe e companheira, continua aí, sozinha, a batalhar o sustento dos filhos, enquanto o companheiro, objeto da violência policial, está morto ou na prisão, ou então desempregado e vítima do alcoolismo. (GONZÁLES, 2020, p. 168-169)

Apesar do racismo e sexismo serem percebidos sob a ótica da “democracia racial”, a percepção muda através dos indicadores sociais, que expõem quem de fato, vigora em determinados campos de privilégio e subalternidade. Observa-se que a interseccionalidade das duas problemáticas são fatores concretos e responsáveis por desigualdades visíveis na distribuição numérica do Cadastro Único em Petrolina (PE). Através deles, é possível ver como os grupos negros e femininos se consolidam em um campo de vulnerabilidade na sociedade petrolinense. Ainda segundo Gonzáles (2020), a força de trabalho negra foi a maior vítima de todo o processo colonial e capitalista, ficando confinada nos empregos de menor qualificação e pior remuneração. Hoje, de acordo com a autora o cenário permanece. E as problemáticas para a vão desde o salário que mulheres negras ganham até os problemas de estrutura familiar. “As mulheres negras brasileiras compõem, em grande parte, o contingente de trabalhadores em postos de trabalho considerados pelos especialistas os mais vulneráveis do mercado, ou seja, os trabalhadores sem carteira assinada, os autônomos, os trabalhadores familiares e os empregados domésticos”. (CARNEIRO, 2011, p. 129).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo descrever o perfil das pessoas e famílias petrolinenses inseridas no Cadastro Único. Foram observadas características referentes à raça, cor e gênero das pessoas cadastradas em situação de pobreza, extrema pobreza e baixa renda. Verificou-se um percentual significativo de 54% do número de cadastrados em situação de extrema pobreza, ou seja, 116.886 pessoas possuem uma renda mensal de até R\$89,00 por pessoa. O segundo maior indicador é de pessoas de baixa renda, com 50.836 pessoas. Isso significa que 23% das pessoas possuem renda mensal por pessoa de até meio salário-mínimo (R\$606,00) ou renda familiar total de até três salários-mínimos. 12%, ou 25.310 pessoas cadastradas se encontram em situação de pobreza, com renda mensal entre R\$89,00 até R\$178,00. Considerando a quantidade de 116.886 pessoas em Petrolina em situação de extrema-pobreza sob o número total da população, a taxa percentual do município é de 32 % da população da cidade vivendo com uma renda mensal de R\$89,00.

Um ponto que merece destaque é o aumento das famílias classificadas em extrema pobreza a partir de 2020, ano em que foi decretada a pandemia da covid-19. É possível relacionar o aumento da extrema pobreza à condução dos programas de transferências de renda, como o Auxílio Emergencial, que foi transferido de maneira automática para pessoas cadastradas no CadÚnico que atendiam os requisitos ou já recebiam o Bolsa Família. Apesar do benefício de R\$600,00 ter o objetivo de diminuir o contágio das pessoas ao saírem para trabalhar, isso não se demonstrou suficiente para o controle do aumento da extrema pobreza. O aumento percentual de famílias em extrema pobreza em janeiro de 2020 teve um aumento percentual de 54% até agosto de 2022.

A pesquisa também observou uma parcela expressiva de 80% da população negra (compostos pela somatória dos que se declaram pretos e pardos) do número total, cadastrada no programa. Em relação ao sexo, mulheres se constituem como o maior grupo com o percentual de 57%. Quando os cálculos são feitos levando em conta a população total do município, que é de 359.372 segundo o IBGE (2021), as proporções dos grupos são estimadas da seguinte forma: 60% da população petrolinense está no CadÚnico; o grupo negro cadastrado se configura uma parcela de 48% da população total e mulheres são 34%. Considerando o último Censo realizado pelo IBGE em 2010, o número a totalidade do número de pessoas negras na cidade é de 142.142 pessoas. Isso demonstra que após doze anos, a população negra presente no CadÚnico, 173.345 pessoas, supera o número total da última pesquisa divulgada.

Vale destacar que o atraso na realização do Censo 2022 e na divulgação dos resultados implica na compreensão da taxa percentual de pessoas negras do município em situação de vulnerabilidade no mesmo ano, de modo que também compromete no mapeamento mais preciso dos perfis de quem necessita de uma atuação concentrada do governo a fim de diminuir a desigualdade social.

O atual contexto do governo bolsonarista marcado pelo desmonte de políticas sociais também não deve ser ignorado. As estratégias do governo de Jair Bolsonaro (PL) em modificar o principal programa de transferência de renda do CadÚnico, o Bolsa Família, como uma prática de política eleitoral pode ter exercido influência sobre o aumento do número de cadastramento a partir de 2020, ano que foi decretada a pandemia da covid-19. O governo, ao se omitir em anunciar conjuntos de medidas econômicas para o enfrentamento ao vírus, se colocou como um dos principais responsáveis para o aumento expressivo de casos da doença e no agravamento na economia. Entretanto, foi divulgado uma das ações de enfrentamento, o Auxílio Emergencial, que tinha inicialmente um planejamento de beneficiar os trabalhadores com o valor de R\$200,00 no período de três meses. Após pressão popular e articulação, o benefício foi ampliado para R\$600,00.

O impacto da crise gerada pelo vírus, o aumento da inflação e a má gestão são alguns dos motivos que devem ser levados em conta na diminuição do poder de compra da população e consequentemente, na maior insegurança alimentar encontrada no município. Esses fatores podem justificar o aumento nas taxas da população que dependem do CadÚnico e principalmente no número expressivo de famílias que se encontram na linha de extrema-pobreza, uma vez que é a base para a inclusão nos programas sociais federais.

O trabalho ainda percebeu a redução no índice de cadastramento dos indígenas nos últimos 10 anos, que sofreu uma queda gradual até 2014, mas despencou a partir de 2015. A diminuição foi 74% desde 2012 até 2022. Em termos absolutos, de 245 famílias indígenas, sobraram apenas 63. Quando se fala em situação domiciliar, ou residentes da zona urbana e rural, foi observado um predomínio de 69% população urbana sobre a rural no número total de cadastramentos. Em termos absolutos, 61.009 das famílias cadastradas no CadÚnico, vivem na região urbana do município, 25.054 habitam na zona rural.

Não é possível fazer um estudo de raça e economia em Petrolina (PE) sem apresentar o racismo como algo muito além das ações dos indivíduos com motivações pessoais. O racismo estrutural apresentado por Almeida (2018) também foi tratado por Gonzalez (1982) que define o preconceito como subproduto do capitalismo, implementado pela classe dominante para manter a exploração de mão de obra barata. A ativista expõe que “os arranjos racistas operam em benefício da classe capitalista e em detrimento de todos os trabalhadores” (p.77). Gonzalez

discute as diversas formas de racismo praticadas no Brasil e o espaço que a pessoa de cor está inserida na sociedade brasileira.

Os dados coletados durante esta pesquisa deixam evidente que, em Petrolina (PE), gênero, raça/cor e etnia, compreendida sob o conceito de raça e cor pelo CadÚnico, estão relacionadas com a pobreza e se configuram como o cenário do Racismo Estrutural. Isto significa que, a publicação constatou uma vulnerabilidade maior entre a população negra e feminina do centro urbano da cidade petrolinense cadastradas no CadÚnico. Almeida (2018) pontua que há estratégias introduzidas e reproduzidas nas esferas políticas, sociais e econômicas que discriminam as pessoas ou grupos de uma maneira sistemática. O autor trata o racismo como um sistema infiltrado nas instituições, cultura e estrutura da sociedade, que moldam onde cada grupo de pessoas está inserido. Nesse caso, grupos subalternos compostos por mulheres, pretos e pardos da região urbana de Petrolina são a grande maioria em situação de vulnerabilidade social.

Essa apuração se correlaciona com o que González (1982) declara em como a raça pode “funcionar como um dos critérios mais importantes na distribuição de pessoas na hierarquia social” (p. 90). Em outras palavras, o racismo é um dos fatores determinantes na distribuição dos indivíduos nas classes sociais. O sexismo é outro. A desigualdade encontrada nos dois grupos são uma das múltiplas formas de opressão da sociedade produzidas pelo racismo e sexismo, consequências de desvantagens historicamente acumuladas.

Isto posto, estes grupos, compostos por negros e mulheres, foram constatados como os dois grupos que necessitam uma intervenção mais direcionada nas ações públicas em Petrolina - PE, já que também é o perfil da população mais sujeita a múltiplas exclusões. Por isso, além de apresentar o perfil dos registrados no Cadastro Único, este trabalho busca ser uma ferramenta de uso dos movimentos negros e feministas do município para cobrança de melhorias e instituição de novas políticas públicas que tenham o objetivo de reduzir a desigualdade dos grupos. Ademais, é um trabalho que pode ser explorado e transformado em produtos jornalísticos que sejam capazes de alcançar a comunidade externa da academia, por exemplo, uma longa reportagem que conte com fontes dos líderes das comunidades quilombolas e indígenas, integrantes dos movimentos negros e feministas e membros do poder público, além das pessoas cadastradas no sistema do CadÚnico.

A conversão deste trabalho em outros produtos, a exemplo da longa reportagem citada anteriormente, ou em uma série de podcast divididos em episódios no formato narrativo com o uso dos dados coletados e sonoras captadas das fontes pode potencializar uma participação ativa dos agentes pertencentes a organizações e mobilizações e da população geral em articulações

em busca das resoluções do poder público. Isto posto, o uso de dados podem ser uma afirmativa da existência da subalternidade desses grupos na sociedade, uma vez que o sistema econômico, político e jurídico os mantém na condição de baixos salários, exclusão dos espaços de decisão e exposição ao tipo de violência, como pontua Almeida (2018).

Portanto, conclui-se que mulheres, pretos e pardos da região urbana de Petrolina (PE) representam os grupos mais expostos a situação de pobreza e que demandam proteção pública. Também fica evidente que os indicadores sociais em união com as técnicas do jornalismo de dados podem atestar necessidades urgentes de ações afirmativas por busca de igualdade racial, social e de gênero e podem servir como um diagnóstico de ações e políticas na redução das desigualdades e serve de base para articulações de movimentos e organizações na luta contra o racismo e sexismo.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Márcio Mucedula. **A construção das hierarquias sociais: classe, raça, gênero e etnicidade**. Uberlândia: Unitri, 2007. (Cadernos de Pesquisa do CDHIS).
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. 1ª edição, São Paulo: Pólen, 2018.
- AQUINO, Thulio André Moura De. **Caminhos do poder: práticas políticas da família coelho na cidade de Petrolina-PE, 1930-1947**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2011.
- BRASIL. **Decreto nº 11.016/2022**. Regulamenta o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Brasília: 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 6.135/2007**. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. (Revogado pelo Decreto nº 11.016). Brasília: 2022.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**. Brasília: 2017.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Perfil das Pessoas e Famílias no Cadastro Único do Governo Federal – 2013**. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC): 2014.
- BRITO, Luciana da Cruz. **O Brasil por Frederick Douglass: impressões sobre escravidão e relações raciais no Império**. São Paulo: Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2019.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. 1ª edição. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Três, 1984 (Biblioteca do Estudante).
- GERHARDT, T.; SILVEIRA, D. **Métodos de Pesquisa**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.
- GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis: Los marcos de la experiencia**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2006.
- GONZÁLEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 1982.
- GONZÁLEZ, Lélia. **Por um Feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- hooks, bell. **"E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo"**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos (2020)
- HOWARD, Alexander Benjamin. **The Art and Science of Data-driven Journalism**. Columbia Journalism School, 2014.

- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre os indígenas e quilombolas para enfrentamento à Covid-19**. Rio de Janeiro: 2018.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Petrolina: 2012.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Rio de Janeiro: 2018.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018**. Rio de Janeiro: 2018.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Monografias Municipais: Nordeste / Pernambuco**. Petrolina: 2017.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Famílias e domicílios. Resultados da amostra. Rio de Janeiro: 2012.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **A Desigualdade Racial no Brasil nas três últimas décadas**. Rio de Janeiro: 2021.
- LIMA, A. P.; MOZ, M.; **Famílias no Plural. Alargar o conceito, largar o preconceito: Pais, mães e filhos: construir famílias na pluralidade**. Lisboa: ILGA Portugal, 2013.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MACROPLAN. **Desempenho das 100 maiores cidades do Brasil: IDGM, 2021**. Disponível em: <http://www.desafiosdosmunicipios.com.br/ranking_idgm.php>
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. 5ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- MUNIZ, Durval de Albuquerque. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.
- NASCIMENTO, Leonardo F. **Sociologia digital: uma breve introdução**. Salvador: EDUFBA, 2020.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **A sociologia do Brasil Indígena**. São Paulo: Editora da USP, 1978.
- OMENA, J. J. **Métodos Digitais: Teoria-Prática-Crítica**. Lisboa: ICNOVA, 2019.
- POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Unesp, 1998.
- SANTOS FILHO, Antônio Muniz. **Desigualdade e diferenciação socioespacial em cidades médias do Sertão do São Francisco: Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) - formação**

socioespacial e meio técnico-científico-informacional. Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2021.

SOUSA, Alcinélia Moreira de. **A política de assistência social à população indígena: a que será que se destina?** Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

SOUZA, L.; SILVA, C. **Racismo ambiental: colonialidade na exploração territorial.** Boa Vista: Boletim do Museu Integrado de Roraima, 2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** 5ª edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.